

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

**RÔNEDY SANTOS SILVA**

**POR UMA POLÍTICA LINGÜÍSTICA NO BRASIL EM DEFESA DO  
FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS  
COMO MINORITÁRIAS**

**PARNAÍBA  
2025**

**RÔNEDY SANTOS SILVA**

**POR UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL EM DEFESA DO  
FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS  
COMO MINORITÁRIAS**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado como requisito necessário à Universidade Estadual do Piauí para a obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Almeida  
Conceição

**PARNAÍBA  
2025**

S586p Silva, Ronedy Santos.

Por uma política linguística no Brasil em defesa do fortalecimento e promoção das línguas indígenas e africanas como minoritárias / Ronedy Santos Silva. - 2025.

66 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Licenciatura em Letras Português, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Jailson Almeida Conceição".

1. Políticas linguísticas. 2. Línguas minoritárias. 3. Línguas majoritárias. I. Conceição, Jailson Almeida . II. Título.

CDD 469.02

**RÔNEDY SANTOS SILVA**

**POR UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL EM DEFESA DO  
FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS  
COMO MINORITÁRIAS**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado como requisito necessário à Universidade Estadual do Piauí para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Almeida Conceição

Monografia aprovada em 12/06/2025

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Dr. Jailson Almeida Conceição

Orientador(a): Prof(a).

Dra. Rita Alves Vieira

1º Examinador(a): Prof(a).

Ma. Karla Dayane Silva Monteiro

2º Examinador(a): Prof(a).

Dedico este trabalho aos meus pais, por tudo o que me proporcionaram durante a vida; ao meu irmão, pelo constante apoio; à minha noiva, pelo incentivo e companheirismo; e ao Senhor Deus, em quem nunca deixei de confiar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus Todo-Poderoso, que fez os céus e a terra, e tudo o que neles há, por tudo o que me proporcionou ao longo da vida: pais maravilhosos, um irmão parceiro nas aventuras, uma irmã que não tive a felicidade de conhecer visualmente, mas que vive na minha mente por meio das belíssimas histórias contadas por minha mãe, e minha noiva, minha companheira de vida.

Aos meus pais, Antonio Nedes e Rosa Maria, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando-me em todas as empreitadas nas quais me aventurei, minha eterna gratidão. Agradeço ao meu pai por todas as vezes em que levantou cedo, ainda de madrugada, para garantir o sustento da família; por cada momento em que abriu mão do conforto em prol de todos nós. Hoje, somos profundamente gratos por tudo o que o senhor fez por nós — especialmente por mim. À minha mãe, que sempre renunciou a si mesma por amor a mim e ao meu irmão; que sempre cuidou, zelou e nos amparou em meio às dificuldades da vida, minha gratidão eterna. Por todas as vezes em que tirou de si para nos proporcionar o melhor: obrigado, mãe. Você e o pai são extraordinários. O amor de vocês vive em mim e no meu irmão. Em breve, vocês serão recompensados por todo esse esforço.

Ao meu irmão, Bernardo, que esteve comigo nos momentos bons e ruins, demonstrando seu amor à sua maneira — ora com gestos materiais, ora com palavras conselheiras —, agradeço de coração. Entre todos os presentes que você me deu, o melhor foi o de me tornar tio, com a chegada da nossa princesinha Maria Lana, que hoje, com um ano de vida, já tem uma energia contagiante. Agradeço a você e à sua família por tudo!

À minha avó, Maria Raimunda, pelo carinho e pela ajuda constante ao longo da minha trajetória, meu muito obrigado. Sou grato por todo o apoio — inclusive o financeiro —, que foi essencial para a conclusão do curso. A senhora representa, também, a presença do meu avô, José Pereira, que nos deixou em 2014, mas continua vivo em nossos corações e memórias. Obrigado por tudo, vó!

Aos meus tios, tias, primos, primas, agradeço por todo o apoio, mesmo que indireto, que contribuiu para o meu progresso na vida acadêmica. Agradeço, também, aos meus amigos, por estarem sempre ao meu lado.

Aos meus colegas de faculdade, agradeço pelo companheirismo durante toda a jornada do curso. Aos meus professores, meu muito obrigado pelos ensinamentos transmitidos ao longo dos blocos. Ao meu orientador, Jailson Almeida, sou especialmente grato pelo apoio ao longo

deste desafio concluído. Obrigado pelos ensinamentos, conselhos e até mesmo pelas chamadas de atenção, pois tudo isso foi essencial para o meu crescimento acadêmico.

Por fim — mas não menos importante —, agradeço à mulher da minha vida, Lais Brito, que nunca mediou esforços para me ajudar, seja em assuntos acadêmicos, profissionais ou pessoais. Você é luz, alegria e amor, e sou imensamente grato a Deus por ter você na minha vida. Obrigado por todas as vezes em que abriu mão do sono e do conforto para estar ao meu lado durante a escrita deste trabalho. Obrigado por me impulsionar profissionalmente e por todo o auxílio para que eu iniciasse na docência. Palavras não podem expressar o quanto sou grato a você — por tudo, exatamente por tudo. Meu muito obrigado!

*Por causa dessa geopolítica que se instalou, proposta pelos economistas e imposta pela mídia, o centro do mundo, hoje, não é o homem, é o dinheiro. Isso abriu espaço para qualquer forma de barbárie pela qual a gente deixa morrer crianças, velhos e adultos tranquilamente.*

Milton Santos

## RESUMO

O Brasil é um país continental, o que vale dizer que a diversidade linguística é um fato. Durante o percurso histórico, percebemos o apagamento de povos, culturas, identidades e línguas e como elas obtiveram suas respectivas posições no contexto atual, de minoritárias e majoritárias, como é o caso das línguas africanas e indígenas por meios de divulgação científica, especificamente artigos científicos. Com base nesse histórico, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de valorização/revitalização das línguas minoritárias (indígena e africana) no Brasil por meio de políticas linguísticas e as novas relações de (contra)poder como instrumento de afirmação político-ideológica num cenário globalizado, cujo valor econômico das línguas é medido sócio-historicamente. Diante disso, o estudo busca responder à seguinte questão norteadora: De que maneira os órgãos oficiais como, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e Instituição de Ensino Superior (IES) têm criado dispositivos legais para assegurar a implementação de políticas e planejamento linguísticos no sentido de revitalização, projeção e respeito de línguas ditas minoritárias como as africanas e indígenas na escola e no cenário geopolítico? Como sabemos, a importância desta pesquisa se justifica por trazer à baila as relações de poder que perpassam por essa taxonomia de línguas minoritárias x majoritárias e sua importância científica por ser um estudo inegável como forma de reparação pelo processo de escravização, marginalização e apagamento de povos africanizados e indígenas desde o início da colonização portuguesa. Assim, metodologicamente, esta investigação se apresenta como pesquisa qualitativa, cuja abordagem é revisão sistemática da literatura. Ancorada nos pressupostos teórico-metodológico de Calvet (2002; 2007) e Lucchesi (2006, 2009); Petter (2006/2007); Lopes (2008, 2013) e Petter (2007), esta investigação procura contribuir para alargar os horizontes analíticos desta proposta como eixo central de promoção e valorização das línguas ditas minoritárias no escopo da geossociolinguística e da política linguística e sua gestão. Assim, os dados revelam que as línguas minoritárias, sobretudo no que tange a sua valorização, que são muitas, ainda carecem de uma efetivação de políticas educacionais e linguísticas que a coloquem no centro e não na condição de invisibilizada.

**Palavras-chave:** Políticas linguísticas. Línguas minoritárias. Línguas majoritárias.

## ABSTRACT

Brazil is a continental country, and it is important to notice that the linguistic variety is a fact. Throughout its history, it can be observed the erasure of people, cultures, identities, and languages and how these elements have attained their current statuses as either majority or minority, such as in the case of African and Indigenous languages, through academic dissemination, particularly via scientific articles. Based on the historical context, the main objective of this research is to analyze the process of promotion and revitalization of the minority languages (Indigenous and African) in Brazil through linguistic policies and emerging (counter)power as instrument of political and ideological affirmation in a globalized world, where the economic value of languages is measured in socio-historical terms. In view of this, the study aims to answer the following guiding question: In what ways have official bodies—such as the Ministry of Foreign Affairs, the Ministry of Education, and Higher Education Institutions (HEIs) developed legal mechanisms to ensure the implementation of language policies and planning aimed at the revitalization, promotion, and respect of so-called minority languages, such as African and Indigenous languages, within schools and in the geopolitical scenario? The research justifies its importance as it raises questions such as the power relations that permeate this taxonomy of minority vs. majority languages and affirms its scientific relevance as a form of reparation for the historical processes of enslavement, marginalization, and erasure of Africanized and Indigenous peoples since the commencement of Portuguese colonization. Thus, in methodological terms, this investigation is considered a qualitative investigation, using a systematic literature review approach. Anchored in the theoretical and methodological frameworks of Calvet (2002; 2007), Lucchesi (2006, 2009), Petter (2006/2007), Lopes (2008, 2013), and Petter (2007), the research aims to broaden the analytical scope of this proposal as a central axis for the promotion and appreciation of minority languages within the fields of geosociolinguistics and Language Policy and its management. As a result, the findings reveal that minority languages—particularly regarding their recognition and appreciation, of which there are many—still lack the implementation of educational and linguistic policies that place them at the center, rather than leaving them marginalized or invisible.

**Keywords:** Linguistic policies. Minority languages. Majority languages.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Exemplificação da ordem das intervenções na língua.....	22
Figura 2: Relação entre monolingüismo, bilingüismo e multilingüismo.....	24
Figura 3: Ilustração da concentração de línguas por país.....	28
Figura 4: Exemplificação da geossociolinguística.....	35
Figura 5: Diversidade linguística na África.....	39
Figura 6: As línguas minoritárias com a ameaça de extinção.....	43

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Competências sociocomunicativas do falante bilíngue.....	26
Tabela 2- Políticas Linguísticas e suas funções.....	26
Tabela 3: Artigos sobre Políticas Linguísticas e Línguas Majoritárias x Minoritárias.....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	13
<b>1 POR UMA POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL: ECOS DE (RE)EXISTÊNCIA.....</b>	17
1.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA: A (IN)VISIBILIZAÇÃO DE AÇÕES EM CURSO.....	17
1.2 PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO PROCESSO DE AÇÃO POR UMA POLÍTICA DE LÍNGUAS.....	19
1.3 MONOLINGUISMO, BILINGUISMO, MULTILINGUISMO, PLURILINGUISMO E CONTATO LINGUÍSTICO: ENTRE LÍNGUAS E FRONTEIRAS .....	23
1.4 BARREIRAS LINGUÍSTICAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS .....	31
<b>2 POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA ENTRE LÍNGUAS MINORITÁRIAS X MAJORITÁRIAS: DIÁLOGOS (PÓS)DECOLONIAIS .....</b>	37
2.1 LÍNGUAS MINORITÁRIAS NO DECURSO DA HISTÓRIA COLONIAL .....	37
2.2 BASES PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS NO BRASIL .....	42
2.3 LÍNGUAS MAJORITÁRIAS: O INGLÊS E SUA HEGEMONIA NUM CENÁRIO GLOBALIZADO E MULTICULTURAL .....	47
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	51
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	52
<b>4 APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: UMA COMPREENSÃO RESPONSIVA .....</b>	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	61
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	63

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos em línguas, automaticamente as relações que podem ser estabelecidas é entre sociedade, cultura, identidade e poder. Neste contexto, a pesquisa privilegia uma discussão com total acurácia sobre as relações de poder e controle num cenário geolinguístico e geopolítico em que vivemos a respeito da gestão das línguas e tudo que daí decorre como as políticas linguísticas. Por esta razão, as línguas minoritárias, como o próprio nome sugere, são vistas e tidas como línguas de menor relevância, principalmente no que diz respeito à sua projeção no cenário globalizado e decorrentes de um processo sócio-histórico. No entanto, é indubitável afirmar que as línguas africanas e indígenas, por exemplo, foco desta pesquisa, transcendem a quantidade de falantes e culturas que elas representam se comparadas com as línguas majoritárias por uma perspectiva decolonial. Paralelamente, as línguas majoritárias, sob esse rótulo, como, o inglês, mandarim, hindi, espanhol, francês dentre outras, robustecem a tese segundo a qual existe um valor dado às línguas de acordo com critérios mercadológicos, poder e hegemonia política constituídos sócio-historicamente.

Nesse sentido, para compreender e equilibrar essa disparidade, foram criadas pesquisas no âmbito dos estudos das Ideias Linguísticas, Geolinguística, Sociolinguística Variacionista e das Políticas Linguísticas e sua gestão com o intuito de dar visibilidade e ascensão às línguas minoritárias, inserindo-as em contextos globais, seja no aspecto econômico, político ou cultural, por meio de políticas linguísticas e as novas relações de (contra)poder como instrumento de afirmação político-ideológica num cenário globalizado, cujo valor econômico das línguas é medido sócio-historicamente, seja por intermédio de quem opera essa (in)visibilidade no decorrer da história da humanidade. Outrossim, sobre a metodologia da pesquisa em questão, destacamos que ela se enquadra em pesquisa exploratória, visto que analisaremos dados por meio de levantamento bibliográfico, isto é, consultas em livros, artigos, teses, dissertações e todo documento governamental que contribuem para a investigação. Quanto à abordagem ou natureza do método, ela é qualitativa e quanto aos resultados é aplicada. Este trabalho é dirigido à luz das ideias de Calvet (2002, 2007), Lucchesi (2006, 2009); Petter (2006/2007); Lopes (2008, 2013).

Essas ações são particularmente cruciais para entendermos o momento histórico e atual desses povos, bem como os impactos que essas línguas tiveram na reconstrução do Português Brasileiro (PB). Além disso, há que se considerar também que, em países com predominância de outras línguas que não são necessariamente as línguas nativas, como é o caso das línguas indígenas/originais do Brasil, bem como as línguas africanas, em contraste ao português de

Portugal, o marco decisório de relevância que as línguas têm no cenário geopolítico decorre de ações institucionais. Tem-se, portanto, diante do que aqui esboçamos, as políticas e planejamento linguístico que atuam como uma espécie e forma específica de intervenções públicas voltadas para a valorização das línguas e de grupos linguísticos, desempenhando um papel fundamental na ascensão, integração e visibilidade das línguas minoritárias, porquanto, em linhas gerais, são elas as responsáveis pelas línguas que são resgatadas por meio de implementação e leis que asseguram a legitimidade, respeito e projeção dessas línguas na literatura, na história como uma forma de valorização dos povos que foram, segundo estudos culturais, colocados à margem da sociedade.

Em um mundo globalizado e neoliberal, essa distinção e hierarquização entre línguas pode ser considerada tanto prejudicial, como também limitadora, principalmente para o desenvolvimento econômico e crescimento cultural em nível mundial. Essa segregação linguística impõe obstáculos e geram barreiras que constantemente resultam na exclusão de comunidades, restringindo negativamente sua capacidade de integrar-se em um contexto global cada vez mais interligado – além de apresentar problemas identitários, visto que língua é, também, identidade – que haja distinção entre línguas, mais especificamente no que diz respeito ao seu uso, uma vez que o uso realizado da língua é por meio de enunciados, sejam escritos ou orais, concretos, que partem de uma ou de outra esfera de atividade humana (Bakhtin, 1997), ou seja, o uso linguístico está conectado à cultura de onde provêm essas línguas.

Exemplificando, tenhamos em mente a realidade brasileira do passado e presente. A língua original, ou uma das principais, era o tupi guarani – uma das diversas línguas indígenas existentes no território brasileiro, além de outras línguas nativas. No entanto, com a colonização europeia, o português de Portugal teve predominância sobre as outras línguas nativas faladas pelos que habitavam no Brasil daquela época. Nessa direção, é válido afirmar que essa imposição linguística não apenas comprometeu o desenvolvimento das línguas indígenas, como também foi determinante e redefiniu a identidade cultural do país ao longo da história. No que tange às línguas africanas, não há dúvida de que elas influenciaram o português falado no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao léxico e estrutura fônica e sintática, como apontam alguns estudos como reflexo desse contato linguístico.

Assim, concordamos que houve toda uma situação sócio-histórica que levou a esse processo de bilinguismo – a respeito do bilinguismo, é importante que não haja confusão do seu conceito com o conceito de multilinguismo, porquanto o primeiro consiste na atribuição de duas línguas a um indivíduo, isto é, uma pessoa que fala duas línguas, enquanto que o segundo, multilinguismo, diz respeito à pessoa que fala mais de duas línguas (Limberger; Mota;

Buchweitz, 2020) – incluindo a obrigatoriedade forçada do idioma como ferramenta de dominação cultural e social. Contudo, o uso da Língua Portuguesa é resultante desse processo de contato linguístico e multilinguismo que continua a permear a sociedade brasileira até os dias atuais, decorrente, em grande parte, da constante valorização cultural europeia em detrimento de línguas, sociedade, cultura e identidade que, consolidada como um símbolo de *status* de menor prestígio e poder, reforçou as disparidades linguísticas e culturais, sujeitando as línguas nativas e tradicionais a uma posição de subordinação ou subalternização.

Dessa forma, ao considerarmos o multilinguismo e plurilinguismo existentes em solo brasileiro, caracterizado pela diversidade de línguas indígenas de outras minorias linguísticas, torna-se visível essa divergência abrupta entre as línguas minoritárias e majoritárias. Portanto, para não obliterar os valores que as línguas possuem, é crucial implementar uma política linguística que proteja e promova a revitalização e proteção das línguas minoritárias com o intuito de diminuir essa desigualdade linguística tanto em nível político, social, econômico quanto ideológico. Assim, é possível garantirmos a diversidade cultural, identitária e linguística de um país, pois esta ideia de língua melhor ou pior está diametralmente oposta a esses valores supremacistas que se constituíram no eixo da história.

Neste primeiro momento, é importante que entendamos o contato linguístico, que, por sua vez, se refere à interação entre diferentes línguas ou variedades linguísticas, seja entre indivíduos ou comunidades. Esse fenômeno desempenha um papel crucial na recepção da linguagem, especificamente em contextos bilíngues, multilíngues ou em regiões que coexistem línguas diferentes. O contato linguístico acontece quando falantes de línguas distintas convivem e interagem, possibilitando trocas que resultam em transformações nos idiomas envolvidos. Esse processo pode ser motivado por fatores como migração, colonização ou globalização, resultando em alterações linguísticas e no processo de aquisição da linguagem que, no que lhe concerne, é o processo pelo qual o homem aprende a compreender e produzir uma língua, seja materna ou secundária.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Por uma política e planejamento linguístico no Brasil: ecos de (re)existência”, encontra-se abordagens quanto à política linguística: a invisibilização de ações em curso, bem como planejamento linguístico no processo de ação por uma política de línguas, além de monolinguismo, bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo e contato linguístico: entre línguas e fronteiras e barreiras linguísticas e violação de direitos humanos. No segundo, chamado de “Polarização linguística entre línguas minoritárias x majoritárias: diálogos (pós)decoloniais”, falamos sobre línguas minoritárias no decurso da história colonial, bases

para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil e línguas majoritárias: o inglês e sua hegemonia num cenário globalizado e multicultural, com o intuito de entender essa hierarquia atual entre as línguas. No terceiro, denominado como “Percorso metodológico da pesquisa”, discorremos sobre a caracterização da pesquisa e procedimentos de análise, para elucidação quanto à metodologia do trabalho. No quarto, designado como “Apresentação, discussão e análise dos resultados: uma compreensão responsiva”, tratamos da conclusão que chegamos após as análises feitas nos materiais escolhidos como aporte teórico e, finalmente, as considerações finais.

## 1. POR UMA POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL: ECOS DE (RE)EXISTÊNCIA

Este capítulo pretende apresentar um panorama acerca da política e planejamento linguísticos por meio de pesquisas mais acuradas que tratam deste tema. Para isso, vamos desde o conceito de políticas linguística, passando por planejamento linguístico e os fatores que o compõem, bem como as ideias de monolingüismo, bilingüismo, multilingüismo, plurilingüismo e contato linguístico. Além desses, falamos dos direitos humanos e a inserção da pesquisa no campo da geossociolinguística.

### 1.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA: A (IN)VISIBILIZAÇÃO DE AÇÕES EM CURSO

A língua diz respeito à identidade de um povo, uma vez que, por meio dela, uma sociedade é construída. Nesse sentido, torna-se essencial para uma sociedade, sobretudo para que seja preservada a língua, a sua manutenção, a sua defesa e sua promoção, por meio de uma política linguística mais robusta. Sendo assim, para adentrarmos à fundamentação teórica, é necessário que coloquemos a tese de que existem critérios de valoração entre as línguas quando, neste estudo, sustentaremos, teoricamente, com base em um dos mais renomados estudiosos sobre a temática, como Louis-Jean Calvet, que, nas duas obras seminais *Política linguística* (2007) e *Sociolinguística: uma introdução crítica* (2002), que há ações incipientes ainda sobre o papel e preservação das línguas por uma perspectiva que aponta esta ideia em curso. Neste sentido, o autor destaca pontos relevantes acerca da Sociolinguística Variacionista e suas relações com as políticas linguísticas ao asseverar:

Chamaremos *política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato. Não importa que grupo pode elaborar uma política linguística: fala-se, por exemplo, de “políticas linguísticas familiares”, pode-se também imaginar que uma diáspora (os surdos, os ciganos, os falantes de iídiche) se reunisse em um congresso para decidir uma política linguística (Calvet, 2002, p. 145).

Conforme visto na citação do francês, ele denomina política linguística como um conjunto de escolhas quanto às relações de língua(s) e vida social, isto é, as repercussões que o uso da língua, no cotidiano, causa na sociedade. Exemplificando, em países multilíngues, o uso de uma língua dominante pode impactar globalmente se essa for a língua inglesa (majoritária/hegemônica/imperialista), enquanto as línguas nativas que, através do censo de

2010, há, no Brasil, 274 línguas indígenas, faladas por 817.963 mil indígenas de 305 diferentes etnias. Além disso, é fundamental registrarmos que muitas são as línguas dos povos originários que, de acordo com o Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas, as seguintes 27 línguas indígenas foram cooficializadas municipalmente: Akwê-Xerente, Apurinã, Baniwa, Boe Bororo, Desána, Guarani, Kanamari, Kinikinau, Krahô, Macuxi, Marubo, Matis, Matsés, Mawé, Mebêngôkre-Kayapó, Múra, Nheengatu ou Tupi-Nheengatu, Patxôhã, Tariána, Tenetehara-Guajajara, Terena, Tikuna, Tukano, Waimirí, Waiwái, Wapichana e Yanomami. Essas línguas foram cooficializadas nos seguintes municípios: Santo Antônio do Içá (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Porto Seguro (BA), Ceará Monsenhor Tabosa (CE), Barra do Corda (MA), Rondonópolis (MT), Coronel Sapucaia (MS), Miranda (MS), Tacuru (MS), São Félix do Xingu (PA), Bonfim (RR), Cantá (RR) e João Câmara / RN.<sup>1</sup>

Pensando no que trata ainda este subtópico, mais objetivamente na (in)visibilização de ações em curso, ou seja, políticas linguísticas que foram estabelecidas, no entanto não foram aplicadas com efetividade, tratamos, primeiramente, dos povos originários. Houve uma política linguística cooficializando e reconhecendo essas línguas para serem usadas tanto por seus falantes como em documentos oficiais, serviços públicos, escolas. Sendo assim, há, segundo Calvet (2002), uma ação sobre a língua com o objetivo de modernizá-la, tanto no léxico quanto na escrita, além de depurá-la e/ou defendê-la para que não haja o desaparecimento completo de muitas. No caso apresentado no parágrafo anterior, houve uma medida com o intuito de defender e preservar as línguas indígenas.

Entretanto, isso não se concretiza plenamente na prática, pois ainda é raro ver essa implementação em escolas (destaco a realidade do estado de Mato Grosso, que implementou a língua xavante no seu currículo escolar, tornando-se uma exceção na afirmação anterior). Embora tenha existido essa implementação, ainda assim enfrentam dificuldades, como a falta de recursos e de professores capacitados para garantir um ensino de qualidade da língua materna ao povo indígena e demais povos do estado, como na maioria dos documentos oficiais. Esses exemplos só reforçam a invisibilização dessas políticas em curso, mostrando que apenas o fato de serem chamadas de políticas linguísticas, não significa que a “situação” esteja devidamente resolvida.

Em contraste a essa realidade, existe uma política linguística visível/existente no Brasil, a língua portuguesa e a sua padronização, por exemplo. Vale ressaltar que essa invisibilização ocorreu há muito tempo, com a imposição do Marquês de Pombal, quando o

---

<sup>1</sup> <https://politicaslinguisticas.ufsc.br/cosmopolitica-e-linguagem/>.

português tornou-se idioma de ensino obrigatório nas escolas, bem como em documentos oficiais, o que também resultou na restrição do emprego de outras línguas em espaços e eventos oficiais e públicos, deixando mais clara essa realidade da existência de língua majoritária e língua minoritária no país e a distância entre elas.

Essa realidade está voltada ao planejamento linguístico, que diferente da política linguística, consiste na aplicação das medidas/soluções tomadas/encontradas, que está dentro daquilo que compete às políticas linguísticas, na prática. Para uma melhor compreensão, vejamos o que Calvet discorre sobre:

Uma ação planejada sobre a língua ou sobre as línguas nos remete ao seguinte esquema: considerem-se uma situação sociolinguística inicial (S1), que depois de analisada é considerada como não satisfatória, e a situação que se deseja alcançar (S2). A definição das diferenças entre S1 e S2 é o domínio da *política linguística*, e o problema de como passar S1 para S2 é o domínio do *planejamento linguístico* (Calvet, 2007, p. 61).

O problema deveras está ligado à má articulação entre teoria e prática, o que demonstra a imprecisão no uso ou na criação do planejamento linguístico, seja pela negligência do Estado, seja pela de outro órgão responsável, que deveria agir com base nas necessidades e ações originadas na política linguística. Diferentemente do que aconteceu na época do Marquês de Pombal, quando houve a implementação da língua portuguesa no país de maneira efetiva, ou pelo menos de modo que atualmente fosse notória a sua predominância no Brasil, distanciamente do cenário hodierno, uma vez que a inexistência de políticas de línguas eficientes comprometa a consolidação das línguas minoritárias.

## 1.2 PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO PROCESSO DE AÇÃO POR UMA POLÍTICA DE LÍNGUAS

A relação entre políticas linguísticas e planejamento linguístico. Políticas linguísticas são entendidas como ações e medidas tomadas sobre uma ou mais línguas com alguns objetivos, inclusive o de preservá-las (Calvet, 2002, p. 148), sendo divididas em duas gestões, *in vitro* e *in vivo* conforme veremos nos parágrafos a seguir. Enquanto o segundo, planejamento linguístico, em linhas gerais, consiste em estratégias utilizadas para implementação das ações e medidas na prática. Dessa maneira, ambos estão intrinsecamente ligados, uma vez que juntos são fundamentais para promoção e revitalização das línguas minoritárias.

Sobre as gestões *in vivo* e *in vitro*, percebemos que a primeira diz respeito à comunicação criada a partir das práticas sociais dos falantes, geralmente chamadas de

empréstimos linguísticos de outras línguas – uma língua já existente com suas funções ampliadas (Calvet, 2007) – para sanar as suas necessidades comunicativas, enquanto a segunda trata a respeito da “burocracia”, em que linguistas e o próprio governo são responsáveis por viabilizar e aplicar uma língua:

O primeiro, chamaremos de *in vivo*, refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem. [...] Mas existe outra abordagem dos problemas ou da neologia, a abordagem do poder. É a gestão *in vitro*: em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas; depois, os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas (Calvet, 2002, p. 146-148).

Além disso, podem existir conflitos entre essas duas gestões quando se passa do *in vivo* para o *in vitro*, uma vez que esta última estabelece relações políticas com o governo. Isso significa que o Estado tem o poder de impor uma língua para a população, e, dependendo das circunstâncias, a língua utilizada pela gestão *in vivo* pode não ser vantajosa. Por outro lado, a gestão *in vitro* pode prejudicar os falantes da língua da gestão *in vivo*, uma vez que, quando a primeira é imposta sobre a segunda, pode ocasionar insatisfação neles, devido a existência de uma língua viva. Exemplificando, como aconteceu com o português europeu em detrimento às línguas indígenas e africanas no período colonial.

Ademais, damos ênfase à utilização da expressão “planificação linguística” por alguns autores, contudo, utilizamos, neste trabalho, a terminologia usada por Jean-Louis Calvet (2007), “planejamento linguístico”, tanto para manter a coerência com a perspectiva do autor quanto para evitar confusões em relação às nomenclaturas empregadas.

O planejamento linguístico, como já explicado, possui instrumentos para tornar as ações das políticas linguísticas concretas. Esses instrumentos, segundo Calvet (2007), consistem em: o equipamento das línguas, o ambiente linguístico e as leis linguísticas. O primeiro trata a respeito da escrita e léxico, pois uma língua ágrafa, por exemplo, não contém uma escrita e nem um léxico, e é repassada apenas por meio da oralização, fazendo-se necessário o equipamento, isto é, que seja criada uma escrita e um léxico, como foi o que aconteceu com diversas línguas indígenas, inclusive do tronco tupi. O mesmo aconteceu com línguas de origem africana, como destaca Fernandes:

No final do século XVII, em 1697, Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) publicou em Lisboa, embora escrita no Colégio jesuíta da Bahia, a segunda gramática de uma língua bantu, a *Arte da Lingua de Angola, oeferecida (sic)*

*a Virgem Senhora Nossa do Rosario, Mây, e Senhora dos mesmos Pretos*, com a supervisão de Miguel Cardoso, S.J. (1659-1721), nascido em Angola e falante nativo do Quimbundo. Trata-se da gramática de uma língua africana em contexto missionário e colonial mais estudada até aos dias de hoje (Fernandes, 2016, p. 55).

Dessa forma, percebemos que foram criadas obras, no âmbito linguístico, para que suprissem a necessidade de compreender a estruturação das línguas africanas, mais exclusivamente a língua bantu. Como sabemos, com a variedade de línguas e dialetos do continente africano, que possui cerca de 2 mil línguas (um terço das línguas no mundo), permitiu que fossem subdivididos em quatro grandes troncos linguísticos: o nigero-congolês, o afro-asiático, o nilo-saariano e o coissan, segundo Silva (2010).

Outrossim, Calvet (2007), discute padronização, em outras palavras, a escolha da variação dialetal falada pela população. Esse processo costumeiramente é percebido como estanque, devido à invisibilidade e à inexistência dessa etapa do planejamento por parte dos órgãos competentes, como já mencionado sobre as línguas indígenas e as africanas.

Sobre os instrumentos presentes no planejamento linguístico, destacamos o ambiente linguístico, fator primordial para promoção de uma língua e isso pode ser compreendido da seguinte maneira:

Quando se caminha pelas ruas de uma cidade, quando se desembarca num aeroporto ou quando se liga a televisão em um quarto de hotel, recebe-se imediatamente um certo número de informações sobre a situação linguística através das línguas utilizadas nos cartazes, na publicidade, nos programas de televisão, na música etc (Calvet, 2007, p. 71-72).

Segundo o autor, é possível interpretar que o ambiente também influencia na ascensão ou descensão de uma língua por conta da sua divulgação ou “encobrimento”, por exemplo, em um país em que impera uma determinada língua, se for localizada uma rua com várias inscrições linguísticas de outra língua, acontece a divulgação dessa última e o “encobrimento” daquela primeira. Por mais que uma língua não seja falada/compreendida universalmente, quando nos deparamos com ela em alguma placa de loja ou anúncio publicitário, sabemos que existe uma língua diferente presente. Por exemplo, imaginemos o mandarim que, em linhas gerais, trata da língua chinesa – quando vemos caracteres do idioma chinês, não sabemos o que significa, mas sabemos que são caracteres da língua chinesa, ou seja, testemunhamos a presença de uma outra língua em um determinado ambiente, o que pode ser compreendido por nível da conotação, segundo Calvet (2007). Essa língua é resumida a um público X, o que significa dizer que a língua é compreendida e falada por outras pessoas, o que é chamado de nível da denotação,

conforme Calvet (2007). Dessa forma, o ambiente linguístico consiste nessas duas situações: conotação e denotação, em que a primeira trata sobre a pessoa reconhecer uma língua diferente da sua, enquanto a segunda diz respeito às pessoas que falam aquela língua.

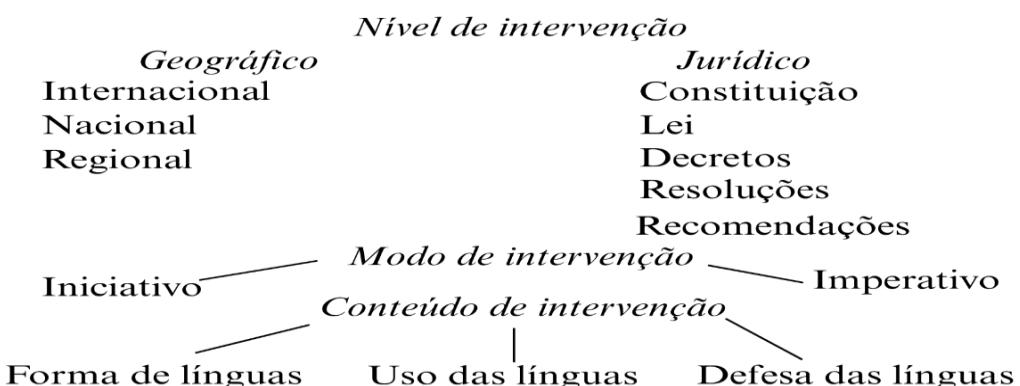
Por último, todo projeto, quando entra em vigor, necessita de leis que o assegurem e mantenha-o e com as políticas linguísticas não é diferente. Como já conhecemos, o planejamento linguístico e quase todos os instrumentos que o compõem, conhecemos, também, as leis linguísticas, último fator que faz parte desses instrumentos. Consoante isso, escreveu Calvet:

A língua pode ser objeto de lei? O que é certo é que os Estados intervêm frequentemente no domínio linguístico, respondendo a esta pergunta de maneira prática e evitando o debate teórico, mas eles intervêm de fato nos comportamentos linguísticos, no uso das línguas. Isso ocorre porque as políticas linguísticas são geralmente repressoras e precisam, por essa razão, da lei para se impor: *não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico* (Calvet, 2007, p. 75).

Dessa forma, compreendemos que as leis não consistem apenas para dar suporte a uma língua, como também para intervir sobre elas, uma vez que a efetivação e imposição de políticas linguísticas pode ser nociva para a sociedade, vistas como, em alguns casos, repressoras. Além disso, as leis linguísticas podem atuar com funções específicas sobre as línguas, seja por meio de intervenção na grafia ou vocabulário, ainda, de tratar a respeito do uso das línguas em determinadas situações, como a língua de um país ou organização e, por último, na defesa da língua, seja com o intuito de promovê-la ou protegê-la (Calvet, 2007).

Abaixo, vemos, a partir de um resumo geográfico e jurídico, de que maneira as leis podem intervir no planejamento e políticas linguísticas, abrangendo desde o nível de intervenção até o conteúdo.

**Figura 1** – Exemplificação da ordem das intervenções na língua



Fonte: Adaptado de *As políticas linguísticas*.

Ademais, existem outros fatores que compõem as leis linguísticas, como (re)nomear línguas – como aconteceu em alguns países africanos - bem como de nomear as funções, isto é, se uma língua tem função de língua do Estado (língua oficial), e a(s) outra(s) língua(s) são conhecidas como nacionais. Outrossim, destacamos o princípio de territorialidade ou personalidade, que significa a “escolha” da língua com base em seu território ou sua personalidade, como o caso das diásporas, que não têm um território fixo, mas adotaram uma língua. E, por fim, o direito à língua que, neste caso, podemos entender as leis linguísticas sob duas perspectivas: a de constranger o cidadão, impondo sobre ele a língua oficial, do Estado, e a de contrariar as instituições, viabilizando ao cidadão o direito a sua língua mesmo em contrariedade às instituições (Calvet, 2007).

Dessa forma, compreendemos que toda essa conjuntura do planejamento linguístico – que vai desde o equipamento até a formulação de leis linguísticas – tem como intuito viabilizar as políticas linguísticas na defesa das línguas, pois cada língua encerra a própria realidade, pois o mundo está organizado de acordo com a maneira que ela reflete. Por isso mesmo, a melhor maneira de se compreender o que as pessoas pensam é através de sua língua. As diferentes línguas não representam tão só maneiras diferentes de rotular, mas cada língua serve de guia à realidade, pois é por meio das palavras e categorias gramaticais que são imprimidas ordem e significado ao mundo da experiência.

### 1.3 MONOLINGUISMO, BILINGUISMO, MULTILINGUISMO, PLURILINGUISMO E CONTATO LINGUÍSTICO: ENTRE LÍNGUAS E FRONTEIRAS

A problematização e relativização entre monolinguismo, bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo e contato linguístico – estão, deveras, situados, ou a idealização dessa situação. Para tanto, começemos vendo o monolinguismo, em seguida, os outros três. Sendo assim, Monteagudo asseverou:

[...] o monolinguismo social, longe de ser um fenômeno espontâneo, pode ser (e frequentemente é) o resultado de uma série de operações glopolíticas, mais ou menos deliberadas, de **homogeneização de populações falantes de várias línguas**, um resultado que, aliás, é **mantido artificialmente pelos estados mediante políticas de exclusão de línguas** outras que a ‘oficialmente’ reconhecida. Por outras palavras, contra o que parecia indicar o sentido comum (a *doxa*, usando o termo de Bourdieu), **o monolinguismo não é (ou não sempre) o estado natural das coisas**, mas é o resultado de processos

muito complexos, e em boa parte específico da nossa civilização na época contemporânea (Monteagudo, 2012, p. 45-46, grifos nossos).

Com base nos ditos de Monteagudo, assimilamos que o monolingüismo consiste na utilização de uma única língua, imposta pelo Estado. Entendemos, dessa forma, que as políticas linguísticas – um dos focos deste trabalho – sempre existiram, e quando olhamos para a história, vemos que a sua utilização foi de maneira negativa, como aconteceu com o Brasil na imposição do Marquês de Pombal (Rajagopalan, 2023), ao decretar a Língua Portuguesa como única língua “legitimada” em solo brasileiro, esquecendo-se das línguas africanas e indígenas, com o intuito de tornar o Brasil daquela época em um país monolíngue. O monolingüismo não existe de forma natural, mas como uma existência mantida e imposta pelo Estado para benefício dos seus próprios interesses.

Além disso, precisamos entender que o monolingüismo como aqui está sendo tomado é um conceito relativo, isto é, só faz sentido se pensado em contraposição ao conceito de bilingüismo e/ou multilingüismo cujas concepções serão tratadas mais adiante. E todos esses conceitos podem ser abordados tanto do ponto de vista coletivo e social quanto do ponto de vista individual e pessoal, conforme esquema abaixo:

**Figura 2 - Relação entre monolingüismo, bilingüismo e multilingüismo**



Fonte: Adaptado de Bassani (2015).

Essa realidade do monolingüismo não existiu apenas no Brasil, nem é recente. Ela surgiu há muito tempo, com o Estado agindo por meio dos seus aparelhos, sobretudo o educacional, para que houvesse a homogeneização de cultura, identidade e língua, com o interesse de se criar um nacionalismo e mantê-lo imutável – desde o território até a língua utilizada, já na época da Idade Média. Em um primeiro momento, pode até parecer digno de admiração, entretanto está repleto de exclusão: de povos, cultura, identidade, sociedade e, obviamente, de línguas. Este último caso, portanto, invisibilizava o plurilingüismo, exatamente pelo fato dessa busca de uma identidade nacional/linguística, sem nem se dar ao esforço de

conhecer as outras línguas e buscar meios que fizessem com que essa diversidade linguística fosse existente no país (Monteagudo, 2012).

Ainda assim, partimos da ideia de que, ao considerarmos todas essas realidades circundantes em torno de língua, identidade e sociedade, concluímos que o monolingüismo não existe de fato, mas apenas no imaginário daqueles que desejam e trabalham por um país homogêneo. Para compreendermos quão complexa é esta questão vejamos alguns fatores. Um deles é a territorialidade, afinal, o Brasil é um país continental e heterogêneo, o que favorece a diversidade linguística. Outro é a historicidade, visto que a língua portuguesa que conhecemos hoje foi formada a partir da junção de línguas, consideradas minoritárias como as africanas e indígenas, bem como outras pelo processo de imigração. Além disso, outra questão que vale o destaque é o fato de essas línguas minoritárias existirem nos dias hodiernos, presentes na vida de milhares de pessoas, tanto de nativos quanto de afro-brasileiros. A partir desta constatação e por meio dela, Abreu assegura que:

O mito do Estado monolíngue, fundado nas ações de defesa e fomento da língua portuguesa durante o século XIX, mas consolidado firmemente pelo trabalho dos republicanos principalmente a partir do despontar dos primeiros raios do século XX, fez com que os falantes da língua portuguesa ignorassem a existência de falantes de outras línguas, crendo, portanto, durante um longuíssimo tempo, que não havia a necessidade de se pensar em políticas públicas que garantissem a cidadania linguística plena àqueles não falantes do português (Abreu, 2016, p. 164).

Assim, o monolingüismo é uma construção ideológica que existe para silenciar as línguas dos povos minoritários e enaltecer uma língua ou várias delas que foi imposta à força e que prevalece, até hoje, como dominante, na ilusão de estar criando uma nação homogênea.

Quanto à realidade brasileira em relação à existência do multilingüismo, Lucchesi assim se expressa:

Estima-se que mais de mil línguas indígenas eram faladas no território brasileiro no início do século XVI (*apud* Rodrigues 1993), e mais de duzentas línguas africanas foram introduzidas no país pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850 (*apud* Petter 2006). Assim, durante quase dois séculos, o português foi apenas uma das muitas línguas faladas no território brasileiro (Lucchesi, 2017, p. 349).

Percebe-se, de acordo com Lucchesi, que o multilingüismo diz respeito à existência de várias línguas em um mesmo território, como é o caso do Brasil. No entanto, o multilingüismo não se resume ou nasceu no Brasil, por mais que exista mais de uma língua, na Europa já existia,

e as políticas linguísticas de defesa das diversas línguas (ou a maioria delas) foram criadas e aplicadas. Vemos, mais claramente, essa realidade na União Europeia (UE), na filiação de países europeus na organização, que iniciou desde 1951, com o Tratado de Paris como origem e estabelecendo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e no Tratado de Roma, em 1957. Depois disso, criou-se a Comunidade Econômica Europeia (CCE), com a participação de seis países tidos como fundadores, que são: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos (Silva, 2011). Depois disso, a UE foi ampliando de acordo com as inserções de outros países europeus. Sobre o bilinguismo, por sua vez, recobre algumas competências sociocomunicativas de um falante quando usa uma língua, seja ela materna ou uma segunda língua e ele pode acessar quatro habilidades básicas, descritas a seguir:

**Tabela 1** – Competências sociocomunicativas do falante bilíngue

Compreensão: habilidade para ouvir e entender uma língua
Fala: habilidade para produzir linguagem oral
Leitura: habilidade para ler e compreender textos escritos
Escrita: habilidade para produzir textos escritos

Fonte: Bassani (2015)

O que se constata ao olharmos o quadro acima é que:

[...] o falante pode não ter o mesmo grau de competência no uso de cada uma dessas quatro habilidades na sua própria língua materna, e ele se dá no que se refere ao uso de uma segunda língua. Alguns falantes bilíngues podem entender igualmente bem as duas línguas, mas não ser capaz de falar tão bem em uma delas, ou podem, ainda, ser capazes de ler e escrever em ambas as línguas, mas não tão bem em uma delas (Bassani, 2015).

Abaixo estão as principais políticas de promoção do multilinguismo na UE:

**Tabela 2** – Políticas Linguísticas e suas funções

Políticas Linguísticas	Funções
<b>Programa Língua</b> (1990-1994):	Formação de professores europeus em outros países dentro da comunidade e concessão de bolsas a estudantes universitários, para o mesmo fim.
<b>Programa Sócrates</b> 1 <sup>a</sup> fase (1995-1999) e 2 <sup>a</sup> fase (2000-2006):	Cooperação entre estabelecimentos de ensino, bolsas no estrangeiro para formação contínua de professores, elaboração de instrumentos de aprendizagem e ensino. O Programa se distingua em três níveis de ação: Comenius (ensino básico e secundário), Erasmus (ensino

	superior), Grundtvig (ensino de adultos e outros percursos educativos).
<b>Programa Leonardo da Vinci</b> 1ª fase (1995-1999) e 2ª fase (2000-2006):	Ensino de línguas para a formação profissional e o local de trabalho, a fim de garantir, sobretudo mobilidade profissional além das fronteiras nacionais da União Europeia.
<b>Programa Cultura</b>	Tradução de obras literárias de e para línguas europeias.
<b>Programa Erasmus Mundus</b> 1ª fase (2004-2008) e 2ª fase (2009-2013):	Programa de ação para reforço da qualidade de ensino superior europeu e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países de fora da comunidade. Tal programa inclui, além de línguas, outras áreas do conhecimento.
<b>Programa Tempus</b>	Possibilita a UE cooperar com os países dos Balcãs, da Europa Oriental, da Ásia Central e do Mediterrâneo no processo de reforma e reestruturação do ensino superior
<b>Indicador Europeu de Competência Linguística</b>	Desenvolver, através da coleta de dados a respeito do multilinguismo para medir a nível global, as competências no domínio das línguas estrangeiras em cada Estado membro. (Eurobarômetro 2001 e 2006).
<b>Apoio às línguas regionais e minoritárias</b>	Criação do Gabinete para as línguas menos divulgadas (1982). Financiamento a projetos de promoção e proteção às línguas. Carta Europeia das Línguas regionais ou minoritárias (1992). Agência Europeia para a diversidade linguística e a aprendizagem das línguas.

Fonte: Comissão Europeia.

Como observado acima, as políticas e suas respectivas funções de promoção do multilinguismo na União Europeia existiram tanto para facilitar a comunicação entre os seus falantes como promover uma maior tolerância e respeito pela diversidade cultural e linguística Europeia (Silva, 2011).

Ademais, no Brasil também existe a realidade do multilinguismo e promoção dele. Quando o estado do Mato Grosso inclui em seu currículo o ensino da língua xavante só ratifica a presença do multilinguismo em solo brasileiro. Todavia, ainda está muito distante daquilo que deve ser a revitalização e reconhecimento que os povos minoritários, que formaram a sociedade e cultura brasileira, bem como a língua portuguesa do Brasil merecem. Então, comprehende-se que o Brasil é um país multilíngue, considerando as duas línguas citadas anteriormente e as diversas línguas trazidas por imigrantes; o reconhecimento está melhor do que na época do Marquês de Pombal a partir da proposta do Diretório de 1757.

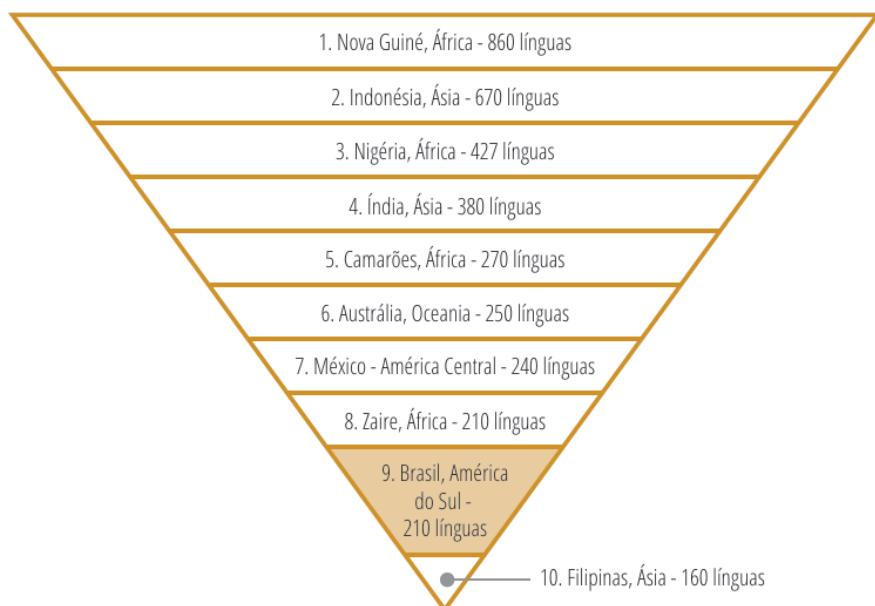
Em relação ao plurilinguismo, este se distingue do multilinguismo, pois enquanto o segundo trata a respeito da quantidade de línguas existentes em uma sociedade, o plurilinguismo trata acerca da quantidade de línguas utilizadas por uma pessoa, como reverbera o “Quadro europeu comum de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação”:

A abordagem plurilingüística ultrapassa esta perspectiva e acentua o facto de que, à medida que a experiência pessoal de um indivíduo no seu contexto cultural se expande, da língua falada em casa para a da sociedade em geral e, depois, para as línguas de outros povos (aprendidas na escola, na universidade ou por experiência directa), essas línguas e culturas não ficam armazenadas em compartimentos mentais rigorosamente separados; pelo contrário, constrói-se uma competência comunicativa, para a qual contribuem todo o conhecimento e toda a experiência das línguas e na qual as línguas se inter-relacionam e interagem (Conselho da Europa, 2001, p. 23).

Dessa forma, o plurilinguismo é confirmado como manifestações linguísticas pelas pessoas. Ou seja, os indivíduos possuem mais de uma/duas/três línguas, e podem se comunicar por meio delas, independentemente se as dominam ou não.

Apesar de existir um número significativo de línguas em todo o mundo, é fato inconteste que, em todos os países, mais de uma língua é usada pela população, isto é, mais de 70% das línguas encontradas no mundo estão concentradas em vinte países. Assim, vejamos os dez países com a maior concentração de línguas, dentre os quais está o Brasil:

**Figura 3 – Ilustração da concentração de línguas por país**



Fonte: Adaptado de Bassani (2015).

Quando olhamos para o Brasil, percebemos que existiu o plurilinguismo, já no período colonial com uma língua “criada”. Nesse sentido, a aquisição da língua “criada” para a comunicação entre portugueses e indígenas, chamada de “língua geral”, Lucchesi (2009), no início, por volta de 1500, permaneceu em uso por alguns anos, mas prevaleceu apenas em alguns estados, como Maranhão e São Paulo. Enquanto isso, o português de Portugal, juntamente com a cultura de modo geral, foi sendo propagado no Brasil por meio dos jesuítas e, por conseguintes, à força, alcançando tanto indígenas quanto africanos. No entanto, os africanos mantiveram as suas raízes, especialmente a língua, que continuava viva em seus encontros, servindo como um meio de comunicação entre eles e de (re)existência.

Ainda há relatos de que o plurilinguismo existia antes dos portugueses pisarem em solo brasileiro. Com a diversidade linguística dos nativos da época, com mais de 1500 línguas nativas existentes, eles, indígenas, se comunicavam entre si utilizando a sua própria língua, língua mãe e com a língua de outros povos indígenas. Dessa maneira, o plurilinguismo entre os nativos era um fato.

A complexidade linguística hoje existente no Brasil, evidentemente, já existia antes da sua chamada descoberta, em 1500, quando o litoral ainda era habitado por populações de línguas tupi-guaranis e de línguas isoladas (Carboni *et al.*, 2017).

No entanto, em se tratando das línguas africanas, sua aparição ainda era menor quando comparada às línguas indígenas em detrimento ao português europeu. Isso foi, segundo Ferreira Coelho (2012, *apud* Carboni *et al.*, 2017), constatado que, após séculos de tráfico negreiro, as línguas africanas deveras marcaram a língua portuguesa, porém no que tange ao plurilinguismo entre o português-línguas africanas, ficou na zona da linguagem coloquial.

Entendemos, portanto, que o plurilinguismo é fundamental no que diz respeito à diversidade cultural, uma vez que revela a realidade de diversas culturas, permitindo que cada um de nós saia da ignorância em relação à riqueza cultural de outros povos, sobretudo no aspecto linguístico. Além do mais, é essencial para que haja o respeito à existência de outras línguas, contribuindo para evitar o preconceito linguístico.

Nesse sentido, é importante que entendamos o contato linguístico que, por sua vez, se refere à interação entre diferentes línguas ou variedades linguísticas, seja entre indivíduos, ou comunidades. Esse fenômeno desempenha um papel crucial na recepção da linguagem, especificamente em contextos bilíngues, multilíngues ou em regiões que coexistem línguas

diferentes. O contato linguístico acontece quando falantes de línguas distintas convivem e interagem, possibilitando trocas que resultam em transformações nos idiomas envolvidos. Esse processo pode ser motivado por fatores como migração, colonização ou globalização, resultando em alterações linguísticas e no processo de aquisição da linguagem que, no que lhe concerne, é o processo pelo qual o homem aprende a compreender e produzir uma língua, seja materna ou secundária. Sob esse viés, Silva (1979) explica:

Uma língua considerada historicamente não deve, por definição, ser vista como um bloco uniforme, nítida e facilmente delimitável. É dos problemas mais complexos da teoria linguística definir os limites de uma língua x. Qualquer língua que, por motivos pragmáticos e operacionais, seja caracterizada por uma adjetivação — portuguesa, espanhola, yorubá, kamayurá, etc. — em maior ou menor grau se constitui de um conjunto de variantes regionais, sociais, etárias, estilísticas, etc., que hoje se denominam em linguística dialetos. Qualquer língua x, ou y, ou z é, portanto, constituída de um conjunto de dialetos, que são manifestações concretizadas de um sistema comum subjacente, repreensível a partir de uma análise adequada (Silva, 1979, p. 84).

Com isso, fica nítido que a língua não se resume apenas em um bloco fixo e uniforme, mas um conjunto derivado de diversos dialetos ou variantes adaptadas pelas interações humanas em diferentes contextos sociais, históricos e culturais, refletindo uma conexão profunda entre linguagem, cultura, ambiente e condições sociais.

Nessa perspectiva do contato linguístico, constatamos que as línguas também podem ultrapassar fronteiras, ficando conhecidas como línguas fronteiriças. Devido a localização geográfica do Rio Grande do Sul e do Uruguai – além da própria cultura platina contribuir para isso – em que ambos são vizinhos, houve uma influência do espanhol sob o português, o que chamamos de contato linguístico, fazendo com que algumas expressões, e até mesmo o sotaque, da primeira língua estivesse presente na segunda:

Através do processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul, configurado pelas culturas partilhadas, clima, relevo, vestimentas, atividades da vida campeira, hábitos e costumes similares, houve uma identificação da sociedade e da cultura gaúcha sul-rio-grandense com a cultura platina, contribuindo para o desenvolvimento do Linguajar utilizado pelo homem gaúcho, principalmente na região dos pampas. É dessa formação advinda do contato entre culturas semelhantes que surgiram as tradições regionais, conforme a influência cultural dos povos que ajudaram na formação político-social do território rio-grandense (Tatsch, 2011, p. 115-116).

Sob esse ponto de vista, compreendemos que a língua não é (de)limitada por fronteiras; pelo contrário, ela as transcende. O contato linguístico, inclusive, pode dar origem a novas línguas. Ainda, políticas linguísticas de imposição de uma língua estatal são totalmente prejudiciais às chamadas línguas fronteiriças e, consequentemente, aos seus próprios falantes, uma vez que a exclusão se torna existente. Nesse sentido, o falante deve ter o direito de usar a sua própria língua, de igual maneira como tem o direito de acessar a língua imposta pelo Estado. Cabe, portanto, a este último – o Estado – o dever de criar políticas linguísticas de inclusão, articuladas com o planejamento linguístico, sobretudo no âmbito educacional, defendendo, preservando e propagando essas línguas fronteiriças, e não apenas estas, como todas as línguas presentes em solo nacional, como as línguas minoritárias africanas e indígenas, além da própria identidade cultural dos povos.

Em suma, o contato linguístico é um processo de interação entre falantes de diferentes línguas ou variações delas decorrentes, que introduz novas formas de expressão, influências e mudanças estruturais e, por isso mesmo, ela é um dos principais instrumentos da evolução da língua, contribuindo significativamente para diversidade e transformações ao longo do tempo.

#### **1.4 BARREIRAS LINGUÍSTICAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

É imprescindível afirmar que a língua em sua prática é uma das principais bases que constrói a identidade cultural de um povo e sustenta a integridade humanitária, por carregar em si história, princípios, a solidificação de uma individualidade e pertencimento de um grupo. Nessa direção, quando um povo tem sua língua e forma de falar respeitadas e reconhecidas, ele se sente aceito e incluído na sociedade. No entanto, ao analisarmos o percurso da história do nosso país, carregamos uma realidade contemporânea desmotivadora e totalmente fora das expectativas, visto que diversas comunidades que falam ou carregam ainda características, especificamente das línguas africanas e nativas, têm sofrido exclusão sistemática no âmbito linguístico, decorrente da marginalização, estigmatização e inferiorização dessas línguas.

Consequentemente, toda essa problemática não apenas representa uma ameaça para a preservação desses sistemas linguísticos, mas também desencadeia uma série de violações dos direitos humanos, restringindo até mesmo aos mais básicos deles, como acesso à educação, justiça social e serviços fundamentais e básicos da cidadania como assegura a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96.

A partir desta conjuntura, muitas são as barreiras linguísticas e sociais que possuem raízes profundas e continuam a propagar os entraves do impasse entre povos e línguas. Voltando

aos primórdios do que originou essas raízes, tem-se a imposição de línguas coloniais como únicas formas oficiais de comunicação. Estamos testemunhando, a longo prazo, as línguas coloniais (neolatinas ou não) como português, francês e entre outras, sendo impostas como línguas oficiais em países que possuem línguas nativas, como o Brasil, países africanos e outras regiões colonizadas. Sobre esse fenômeno, Nascimento (2019) traz à tona e nos apresenta o conceito da epistemicídio da seguinte forma:

[...] epistemicídio é a extermínio do pensamento do outro. É o formato pelo qual a colonialidade sequestra, subtrai (tudo o que puder se apropriar) e apaga os saberes e práticas dos povos originários e tradicionais. Em nosso caso, os negros e indígenas foram as principais vítimas desse epistemicídio (Nascimento, 2019, p. 22).

Dessa forma, ao passo que essas línguas coloniais são impostas e estabelecidas como únicas e legitimadas para educação, justiça, governo e outras esferas sociais, obriga, camufladamente, tais povos colonizados como nativos e africanos a abandonarem suas línguas, cultura e identidade como fenômeno explícito da violação dos direitos humanos e linguísticos. Porém, o impasse não acaba nesse ponto, posto que a língua vai além de um simples meio de comunicação, ela é um veículo indispensável e fundamental para transmissão de identidades, culturas e saberes como prática social e altamente dialógica.

Compactuando com esta afirmativa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) assegura que:

Todos os seres humanos, como membros da sociedade, têm direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.<sup>2</sup>

Entretanto, a partir do momento em que este sistema linguístico cultural é marginalizado ou até mesmo suprimido, o direito em questão é violado, visto que o conhecimento que ela carrega também está em risco de extinção. Tudo isso emerge como umas das barreiras linguísticas que impede acesso e limita a capacidade dessas minorias de serem ouvidas, se expressarem nos mais diversos cenários sociais e de se encontrarem dentro da sociedade atual.

Outrossim, ainda sobre o epistemicídio conforme Nascimento:

---

<sup>2</sup> <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Por outro lado, o epistemicídio é linguístico quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção do saber. Ou seja, quando ao sujeito negro ou indígena é negada a possibilidade de ser sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar dinamicamente a língua. Assim, jornalistas da grande imprensa descrevem a fala dos seus entrevistados corrigindo, como bem lembrou Irandé Antunes em Para além da gramática, os chamados "erros de português" (Nascimento, 2019, p. 22).

Ao trazermos a questão do epistemicídio como pauta no âmbito educacional torna-se nítido que tal epistemicídio linguístico em forma de desapropriação do sujeito como agente dinâmico da sua própria língua que contribui, significativamente, para a perpetuação da disparidade social, além de reforçar a pirâmide de poder segregador. Contribuindo com o fato:

O preconceito linguístico é embasado na crença de que existe uma única língua digna e que esta seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Quando os falantes desviam desse padrão, a eles são atribuídos “erros”, quando o necessário seria estudar as diferenças, compreendendo-as adequadamente, o que poderia, inclusive, redefinir padrões de ensino e de conduta, principalmente, no âmbito socioeducacional (Falcão; Souza; Costa, 2020).

É válido afirmar que a problemática não está na exigência e cumprimento da norma-padrão no ensino da língua, mas sim na medida em que esta serve como parâmetro de predominância intelectual coletiva. Isso ocorre em situações em que o estudante faz uso dos dialetos ou expressões linguísticas da sua comunidade, e torna-se alvo de correções sem contextos, além de ser sarcasticamente criticado por carregar sua fala, cultura e identidade para sala de aula. Essas situações não apenas acarretam insegurança linguística e desvalorização da cultura dessas minorias, mas também contribuem para exclusão, desvalorização e desmotivação dessas minorias devido às dificuldades no progresso do aprendizado, levando à evasão escolar como manifestação tácita da violação dos direitos linguísticos.

Em contrapartida, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) no parágrafo 1º do artigo 26, garante que “Todos os seres humanos têm direito à educação”. Contudo, o que testemunhamos é uma clara violação desse direito, tendo em vista todos os fatos mencionados anteriormente, o que compromete não só o direito à educação, mas também viola princípios da igualdade e promoção da justiça e cidadania desses alunos.

Além disso, o artigo 26, em seu 2º parágrafo, também menciona que:

A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos

e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.<sup>3</sup>

No entanto, a educação, que deveria orientar esse desenvolvimento e fortalecimento da tolerância e respeito entre os povos, tem posto em prática o contrário, quando, nas escolas, ainda é comum a desvalorização e o preconceito linguístico. Ademais, cabe ressaltar que o conteúdo ensinado transgride a verdadeira história desses povos, sendo repassado de maneira estereotipada e rasa, isso quando não é totalmente excluído da matriz curricular de ensino.

Todavia, não encerramos apenas com essas irregularidades, o acesso à saúde também enfrenta barreiras que comprometem o bom atendimento ao paciente, e ocorre quando ele não comprehende, ou não é compreendido pelos profissionais de saúde, comprometendo tanto o diagnóstico como tratamento. Mas a problemática não se limita apenas a isso, Falcão, Souza e Costa apresentam em suas pesquisas um alerta:

Em nosso estudo, um bom número de falantes de variações linguísticas, supondo algum distúrbio de fala, procuraram o serviço de saúde com a queixa de sofrer discriminação por preconceito linguístico, por preconceitos étnicos e/ou de classe, externalizados pela desqualificação aos seus modos de falar. Esses falantes experimentam desde sensação reiterada de inferioridade social, retraimento social em certos ambientes (escolar, profissional, etc.), até rebaixamento da autoestima; dimensões que podem levar, segundo os relatos, a crises de ansiedade ou a episódios depressivos (Falcão; Souza; Costa, 2020).

Esse trecho é de extrema notabilidade, pois denuncia uma grave consequência do preconceito linguístico que atinge essas minorias mais vulneráveis. Infelizmente, essa exclusão já ultrapassa até mesmo o campo linguístico e atinge maiores proporções, sendo elas emocionais e psicológicas. Alguns falantes das variações linguísticas, por exemplo, com seus sotaques regionais, dialetos populares, línguas indígenas e africanas, são frequentemente confundidos como pessoas portadoras de distúrbios na fala. A vivência de ser frequentemente corrido, criticado e até mesmo ridicularizado pelo seu modo de falar leva o indivíduo a uma condição de repressão interna e isolamento social, o que afeta diretamente a liberdade de expressão e crescimento pessoal do indivíduo.

Diante do exposto, torna-se evidente que essas barreiras linguísticas não apresentam apenas entraves na comunicação, mas refletem uma base segregadora contínua da desigualdade histórico-social e violação clara dos direitos humanos. O repúdio e privatização do direito à

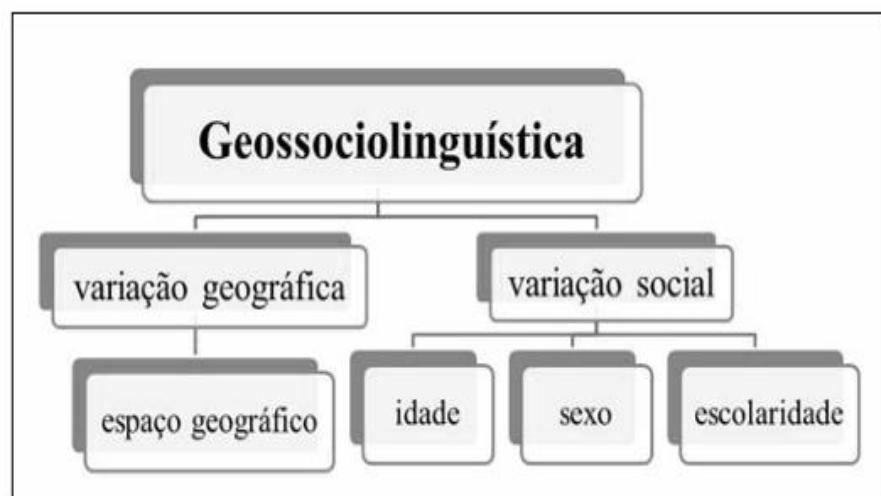
---

<sup>3</sup> <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

fala, desenvolvimento de personalidade e expressão da própria língua, marginaliza tanto um indivíduo, como também uma comunidade inteira ao acesso digno à educação, saúde, trabalho e o direito de construir sua própria identidade social. Portanto, é indubitável afirmar a necessidade de políticas públicas inclusivas, rever e extinguir práticas educacionais que promovem o epistemicídio linguístico, reconhecendo e dando a devida reverência e relevância à pluralidade de falar e variações que compõem todo panorama cultural brasileiro.

Com o objetivo de compreender as manifestações linguísticas no espaço geográfico, é necessário contextualizarmos o que caracteriza a geossociolinguística. Com isso, trata-se de uma área da linguística que tem como principal objetivo explorar o funcionamento e variação da língua baseando-se em fatores tais como a área geográfica e características sociais dos falantes. Abaixo, é possível entendermos toda esquematização de elementos que compõem este campo de estudo:

**Figura 4 – Exemplificação da Geossociolinguística**



Fonte: Sanches; Razky.

Dessa forma, subtende-se que o enfoque central da geossociolinguística se concentra na pesquisa e estudo pela classificação e identidades linguísticas em diferentes regiões, enquanto no âmbito social, ela se mobiliza no campo de análise de variáveis como idade, sexo e nível de escolaridade do falante e como estas condicionam as escolhas linguísticas dos mesmos. Nessa direção, comprehende-se que esse campo visa conhecer e entender a transformação da língua, e como ela é moldada através da percepção e interação entre como o falante atua no grupo social ao qual é pertencente, e o lugar em que está inserido geograficamente.

Nessa perspectiva, apesar das opressões impostas pela classe dominante – o que inclui

a imposição linguística – as línguas minoritárias existem e resistem, seja através de políticas linguísticas em vigor, seja pela preservação dos povos minoritários, um assunto relevante na geossociolinguística. No entanto, a situação das línguas minoritárias em relação às línguas majoritárias, com foco nas línguas nativas e de matriz africana, está distante de ser sanada, visto que o seu valor é mensurado por questões mercadológicas – ou seja, o seu uso exclusivo no comércio, educação, tecnologia e ciência, subordinadas a questões econômicas – e a marginalização que sofreram no decorrer da história diante da colonização portuguesa. Portanto, é crucial que haja a criação e o fortalecimento de intervenções linguísticas que garantam a existência e valorização das línguas minoritárias.

## 2. POLARIZAÇÃO LINGUÍSTICA ENTRE LÍNGUAS MINORITÁRIAS X MAJORITÁRIAS: DIÁLOGOS (PÓS)DECOLONIAIS

Neste capítulo, discorremos sobre a historicidade das línguas minoritárias no Brasil, de igual modo as bases para uma política linguística de fortalecimento e visibilidade e, em contrapartida, a hegemonia das línguas majoritárias como o inglês.

Lucchesi destaca a respeito da polarização linguística da seguinte forma:

[...] desde o início da colonização até a Proclamação da República, enquanto uma reduzida elite concentrada nos incipientes centros urbanos guardava uma profunda fidelidade aos modelos de uso da língua provenientes de Portugal, nas imensidões do interior do Brasil grandes contingentes de índios aculturados e negros africanos adquiriam a língua portuguesa em condições as mais precárias; e essa língua segunda defectiva se ia convertendo em modelo para a nativização do português entre os descendentes mestiços e endógamos desses segmentos, desencadeando profundas alterações na gramática da língua portuguesa assim adquirida, socializada e nativizada (Lucchesi, 2006, p. 87-88).

Nesse viés, compreendemos que a polarização da língua existe desde o tempo da colonização até o período republicano entre os da elite e os segundos falantes. Além disso, a marginalização que as línguas das camadas populares sofreram contribuiu demasiadamente para esse distanciamento linguístico, configurando-se em línguas majoritárias e línguas minoritárias.

### 2.1 LÍNGUAS MINORITÁRIAS NO DECURSO DA HISTÓRIA COLONIAL

No percurso histórico que levou à denominação das línguas minoritárias – em especial as línguas indígenas e africanas –, é fundamental destacar o papel que essas línguas exercem na constituição da diversidade linguística e cultural do Brasil. Compreender esse histórico significa, sobretudo, reconhecer a contribuição dessas culturas na formação e estruturação da identidade nacional, mesmo diante dos processos de apagamento promovidos pelo colonialismo e pelo racismo estrutural.

Conforme Kahmann; Bertoldi; Figueroa; Bringente (2020), assim como os colonizadores que não faziam uso apenas da língua portuguesa, como também o latim e do castelhano, seguidos do francês e inglês, os povos originários, subjugados pela colonização europeia, também se ampliaram a adquirir línguas de outras tribos. Em consequência, Kahmann et al (2020, p. xx), reiteram em seus

estudos que:

Estima-se que, no século XVI, o Brasil era um território poliglota onde conviviam falantes de “centenas de línguas e dialetos que contemporaneamente podem ser classificados em 102 grupos e três ramos linguísticos: o tupi, o macro-gê e o aruaque”. Em 1500, os/as falantes dessas línguas distribuíam-se homogeneamente pelo território hoje conhecido por Brasil e travavam relações e contatos entre si, razão pela qual se supõe “que tal diversidade linguística estimulasse o bilinguismo – talvez o plurilinguismo – e a tradução intergrupal, pois, onde houve oportunidade, desenvolveram-se línguas francas” (WYLER, 2003, p. 31). (Kahmann et al, 2020, p. 65-66)

Tais afirmações evidenciam que, muito antes da imposição da língua portuguesa como idioma dominante e oficial, o território brasileiro já era marcado por uma vasta e complexa diversidade linguística. Já que no século XVI, o país configurava-se como um território genuinamente poliglota, resultado da convivência entre diferentes grupos originários, o que estimulava práticas de bilinguismo, plurilinguismo e a criação de línguas francas. Essa contextualização desconstrói significativamente a ideia de que as línguas indígenas — assim como as africanas, que serão abordadas posteriormente — nem sempre ocuparam uma posição periférica. Trata-se, portanto, de uma marginalização construída historicamente, especialmente a partir dos processos colonizatórios.

Ademais, tais processos colonizatórios promoveram a espoliação dos territórios e a dominação dos povos originários, como se estes estivessem conformados e consoante as imposições de línguas e costumes. Ainda nesse contexto, Kahmann et al. (2020, p. 66), acrescentam: “Este processo implica na naturalização de que as riquezas e seres humanos do mundo todo estavam a serviço de colonizadores/as e que seus saberes e línguas-cultura forjariam uma ideia universal, ou seja, válida para todos os povos do mundo”. Ou seja, ao naturalizar a ideia de que tanto as riquezas naturais quanto os povos colonizados estavam de acordo com seus colonizadores, consolidou-se também o pensamento de que apenas as línguas e culturas europeias eram legítimas e civilizadas. Isso contribuiu significativamente para a desvalorização das demais línguas, como as abordadas nesta seção.

Trazendo o debate para o momento contemporâneo, é nítida que tal concepção de aceitação se perpetua até hoje, e ainda nos principais veículos de ensino e letramento, visto que:

Não obstante a riqueza linguística e cultural do Brasil originário até a conquista europeia, os manuais empregados na formação dos estudantes brasileiros não raro apresentam como primeiro capítulo o Brasil dos 1500, como se a chegada do/a colonizador/a às Américas tivesse inaugurado as noções de história, cultura, língua e literatura (Kahmann et al, 2020, p. 66).

Tais casos não só silenciam a verdadeira história do nosso país, como também apagam a ampla riqueza linguística e cultural que já existia no nosso território muito antes da invasão europeia. Como consequência, temos uma grande construção de narrativas que impõe as línguas indígenas como periféricas ou menores, quando na grande realidade são originárias e base estrutural do território nacional.

O contexto histórico e econômico também contribui significativamente para o *status* sobreposto. Com toda essa lógica de dominação europeia baseado na exploração de terras, recursos naturais e de pessoas, especificamente indígenas e africanos, resultou na perda gradativa de prestígio da funcionalidade social dessas línguas, rebaixando-as a minoritárias.

Outrossim, a história existe para mostrar o quanto terrível foi o período colonial no Brasil para as línguas minoritárias supracitadas no contexto de valoração delas. Vemos isso:

A população indígena no Brasil diminuiu drasticamente já no primeiro século de colonização, em decorrência do extermínio dos índios situados na costa brasileira, sobretudo do Rio de Janeiro a Pernambuco. Antes do início da colonização pelos europeus, a diversidade das línguas existentes no Brasil refletia-se em um número de aproximadamente 1.200 línguas faladas por diversos povos indígenas, segundo dados levantados por Rodrigues (1993), o que significa que apenas 15% teriam sobrevivido (Ferraz, 2007, p. 46).

A citação traz consigo a realidade sofrida pela população indígena, não apenas no que tange à perda de território, mas também às diversidades linguísticas, bem como os saberes culturais. Com isso, percebemos que a colonização não elevou apenas o *status* do país colonizador, mas destruiu realidades culturais e sociais existentes há muito tempo. Também, a imposição cultural, de igual modo a linguística, não aconteceu de maneira tranquila, pelo contrário; povos, línguas, saberes e culturas, gradativamente, foram levados ao apagamento devido à ganância dos portugueses. Considerando isso, os atos dos colonizadores permearam pela história, sendo repassados para gerações futuras, como pode ser observado, atualmente, nas diferenças sociais, sobretudo com indígenas e africanos, o que desencadeou vários problemas estruturais, como racismo e xenofobia.

**Figura 5** – Diversidade linguística na África



Fonte: Africa View Facts.

Diante do mapa exposto acima, compreendemos que a diversidade linguística na África era e é uma comprovação. Dessa forma, após as línguas serem trazidas pelos africanos, apesar da influência sobre a língua portuguesa, elas sofreram a mesma realidade que as línguas originárias: marginalização e apagamento. Ferraz assevera:

A par da influência que as línguas africanas exerceram sobre o português do Brasil, principalmente em seu aspecto lexical, não encontramos hoje nenhuma língua africana “plena” em território brasileiro. Desde o final do século XIX, as línguas africanas já se achavam reduzidas a manifestações como línguas rituais, usadas como códigos (em geral acessíveis somente aos iniciados) nas expressões culturais e religiosas, ou como falares afro-brasileiros das senzalas, dos quilombos, das minas etc., bem como falares especiais, usados por grupos específicos, expressando uma marca de identidade [...] (Ferraz, 2007, p. 51).

Dessa forma, comprehende-se que as línguas africanas são tidas, ainda, como meio de comunicação para grupos e em ocasiões específicas, como em momentos espirituais ou expressões culturais, candomblé e capoeira, por exemplo, além de servir como código de uma determinada sociedade, como é o caso da língua calunga, semelhante ao cafundó, porém com aparências distintas e com possibilidades reais de ser uma fala crioula, pois os seus falantes

destacados são descendentes de africanos (Petter, 2007).

Dando sequência, diante da marginalização sofrida, as línguas minoritárias não somente receberam esse título, como também ainda correm o risco da extinção mediante a supremacia das línguas dominantes. Com isso, não se perde apenas a língua, mas, sim, a identidade, cultura e história de um povo.

É fundamental compreendermos o conceito de línguas minoritárias que, segundo Calvet, é entendido da seguinte forma:

Entre as línguas que deveriam ser incluídas na descrição, algumas pareciam ter uma importância claramente maior no processo de comunicação nacional, outras, **numa importância menor** [...] podem, de maneira cômoda, ser chamadas de *major language* (*Lmaj*), ***minor languagen*** (***Lmin***) [...] (Ferguson *apud*, Calvet, 2007, p. 41, grifos nossos).

Percebe-se, de acordo com o teórico, que línguas minoritárias não são, necessariamente, aquelas faladas por pequenos grupos – afinal, elas podem ter milhões de falantes e, mesmo assim, serem consideradas minoritárias –, mas são classificadas dessa forma por conta do seu valor e prestígio em algumas esferas, como a social, uma vez que sua importância no cotidiano não é levada em conta. Prova disso é que, nas mídias e demais meios de comunicação, só se vê o português sendo utilizado. Na esfera econômica, falar línguas majoritárias, como o português e inglês, proporciona mais chances de emprego do que para quem fala línguas de matriz africana ou originárias. E quanto ao aspecto mercadológico, uma vez que as empresas, por exemplo, independentemente do ramo que seja, preferem traduzir os seus produtos para as línguas dominantes, em vez de contemplarem a outros povos. Assim, para compreendermos como elas ganharam esse título, é necessário que recorramos à história das línguas no decurso colonial. Além disso, ratificando a ideia de que não existe essa superioridade entre as línguas – seja por qual razão for, além das expostas nos dois períodos anteriores – Sankoff afirma:

[...] não há evidências de que, quanto ao aparato básico de uma língua, considerada como código para transmitir mensagens, isto é, a fonologia, morfologia e sintaxe, ou mesmo a organização semântica geral, uma língua seja superior, mais lógica, precisa ou eficiente, ou preferível de qualquer modo a uma outra língua. Assim, estereótipos como o francês ser uma língua particularmente bela e precisa, o inglês ser inherentemente mais adequado ao raciocínio científico, o inglês não-padrão ser ilógico, etc., não têm base na ciência linguística. Nenhuma língua, em virtude de sua estrutura interna, concede qualquer vantagem cognitiva geral aos seus falantes (Sankoff, 1976, p. 284).

Nessa perspectiva, as línguas minoritárias não são inferiores em nenhum aspecto – fonológico, morfológico, sintático e semântico – quando comparadas com as línguas majoritárias. Essa distinção de valores dados às majoritárias se dá por conta da historicidade e do valor mercadológico que elas recebem.

## 2.2 BASES PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS NO BRASIL

É de fundamental importância que tenhamos em mente bases para uma política(s) linguística(s) que revitaliza(m)/revitalizará(ão) as línguas que outrora foram prejudicadas pelo uso das regulamentações do uso das línguas, para extermínio delas a favor de uma língua dominante.

Os direitos linguísticos, como o próprio nome diz, consiste no direito que as línguas, bem como os falantes delas, possuem. Para uma melhor compreensão:

O campo dos direitos linguísticos, diferentemente daquilo que muitos ainda pensam, não se constitui apenas por uma lista de direitos individuais e/ou coletivos aos quais as pessoas fazem jus. Mais que isso, diz respeito a uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo etc. Interessa-se, igualmente, pelas fontes desse direito linguístico (direito internacional dos direitos humanos, direito constitucional, direito comparado, costumes das populações etc.); pela identificação de princípios aplicáveis a essas normas (territorialidade, personalidade etc.); pela identificação de metaprincípios geradores dessas normas (dignidade humana, igualdade etc.); pelas possibilidades hermenêuticas e de aplicação das normas de direito linguístico aos casos concretos, bem como pelas formas jurídicas de garantia de materialização desses direitos linguísticos a todos os seres humanos (Mayworm *apud* Abreu, 2018, p. 51-52).

Sob esse viés, compreendemos que os direitos linguísticos vão além de direitos individuais, pois se baseiam na dignidade e na igualdade humana, princípios que indicam que todos são iguais, inclusive no que concerne à língua. Por esse ângulo, Sankoff (1976), em síntese, diz que não existe língua que seja melhor que outra, o que sustenta a urgência de valorização e respeito à diversidade linguística. Em vista disso, olhar para a realidade do Brasil e reconhecer as línguas minoritárias aqui presentes, mais exclusivamente as de origem indígenas e africanas, como patrimônio cultural e histórico, é um movimento benéfico em direção à garantia desses direitos.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, são diversas as línguas presentes no Brasil, mais precisamente 274 línguas indígenas preservadas por cerca de 305 povos indígenas. No entanto, a preservação é um desafio tanto cultural quanto econômico que os povos citados sofrem – cultural devido a forte imposição da cultura dominante do país, e econômico em função da desvalorização financeira que esses povos sofrem.

Outrossim, é real a existência de línguas africanizadas em solo brasileiro, embora com pouco vocabular africano, como é o caso da “língua do Negro da Costa” ou “língua da Tabatinga”, falada por negros da cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais, tendo por base o *banto*; ainda, o quimbundo também foi uma língua africana falada por angolanos em Salvador, bem como gurunsi, mahi, eve-fon e nupe, essas últimas faladas durante o século XIX.

Diante dessa realidade, é interessante que os responsáveis pelo *in vitro*, isto é, o Estado e o Ministério e Secretarias de Educação, criem meios – material didático que aborde a realidade dos povos minoritários, formação continuada para professores – para implementação de uma educação bilíngue e/ou multilíngue, além de outros agentes influentes no assunto, como universidades, TVs e *ongs*. entrem nessa luta. Nas escolas da educação básica e instituições de ensino superior, da mesma forma que a Língua Portuguesa, as línguas dos povos originários devem ser ensinadas, sobretudo naquelas regiões com um maior número de indígenas e descendentes de africanos, como forma de contemplação e preservação da cultura/língua/povo/história/religião que outrora foram, e continuam, marginalizadas.

Retornando a historicidade dos direitos linguísticos em tempos coloniais, encontramos a realidade dos jesuítas em solo brasileiro e a missão de catequizar os indígenas à época. Para isso, o fator primordial entre eles e os indígenas não era alcançado, a comunicação. Com isso, surgiu a necessidade compreensão interlíngua de ambas as partes, sobretudo para conversão e confissão dos indígenas e, para sanar essa necessidade, o padre jesuíta José de Anchieta, então, criou a primeira gramática indígena, conhecida como “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil” no ano de 1595 (Batista, 2005).

No caso anterior, a produção da gramática visava suprir as próprias necessidades dos europeus. Entretanto, quando pensamos em produção de gramáticas e dicionários indígenas atualmente – incluímos, também, as línguas africanas – mostramos a preocupação em atender as línguas quase apagadas. Vejamos no mapa abaixo, quais línguas minoritárias (indígenas) estão ameaçadas de extinção:

**Figura 6** - As línguas minoritárias com a ameaça de extinção



Fonte: BBC News Brasil.

Dessa forma, a criação de mecanismos em prol das línguas minoritárias é essencial para a efetivação de uma política linguística, iniciando pelo reconhecimento da diversidade idiomática, promoção dos direitos relacionados à língua, educação que envolva esses idiomas minoritários e participação ativa das comunidades, sobretudo a que será contemplada.

Cabe destacar ainda que as línguas minoritárias não se restringem apenas a essas duas línguas, nem no Brasil, nem no mundo, já que existem várias outras com fundamental importância para a cultura local, como é o caso das línguas catalão, basco e galego, na Espanha (Martins, s.d.).

No que tange às línguas africanas trazidas com o tráfico negreiro, Lucchesi afirma:

No Brasil, o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de **mais de mil línguas indígenas autóctones** e de cerca de **duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos** trazidos para o país como escravos, é, sem sombra de dúvida, **o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro** (Lucchesi, 2009, p. 41, grifos nossos).

Sob esse viés, não apenas as línguas indígenas, tampouco o português de Portugal foram os únicos agentes históricos responsáveis no que diz respeito às mudanças linguísticas; é necessário que sejam incluídas as centenas de línguas africanas trazidas com africanos

escravizados, que contribuíram para a formação do PB. Além disso, houve a produção de gramáticas dessas línguas por parte dos portugueses, ou seja, um esforço por parte deles para registrar as línguas. No entanto, essa atitude não revela um cuidado com os africanos, mas sim o interesse em estabelecer a comunicação funcional que facilitasse a catequese e escravização desse povo. Nesse sentido, assegura Severo:

Além da produção de conhecimento sobre línguas africanas, as relações coloniais – de exploração, subjugação ou resistência – foram também atravessadas por práticas comunicativas complexas, em que a própria ideia de língua como um sistema abstrato, sistematizável e nomeável poderia ser posto em questão. Assim, nesse contexto das práticas sociais, a língua é vista como produto de práticas comunicativas e de relações de poder entre sujeitos falantes de discursos e línguas variadas (Severo, 2019).

Nessa perspectiva, compreendemos que a língua também é poder, uma vez que o português europeu possuía, e ainda possui, mais prestígio em relação às línguas africanas - essa ideia se perpetua até os dias contemporâneos, com a centralidade do poder nas mãos dos portugueses, com o sistema educacional colonizador e falta de medidas de valorização linguísticas eficientes.

Com relação à produção de gramáticas, evidenciamos duas obras: *Arte da Língua de Angola*, por Pedro Dias, e a *A obra nova da língua geral de mina*, por Antônio da Costa Peixoto (Severo, 2019). A finalidade de ambas consistia em:

[...] essas duas obras foram produzidas com finalidades discursivas diferentes, apesar de compartilharem semelhanças em termos de representação sobre língua: enquanto a primeira foi produzida por um jesuíta para fins de evangelização, a segunda foi produzida no contexto da mineração, para fins de um maior controle dos escravizados (Severo, 2019).

Diante disso, ratifica-se que o interesse dos europeus nesses esforços era voltado para benefício próprio e para a exclusão de povos. No entanto, devido à diversidade linguística dos africanos, não foi possível uma total compreensão por parte dos portugueses (ressaltamos que não houve interesse em entender, mas de impor o português europeu para fins de poderio), tampouco um efetivo ensino do português – este último era transmitido de maneira oral. Os africanos que não aprendiam o português eram chamados de boçais (ou negros boçais), pois não conseguiam aprender nada além daquilo que sabiam falar, enquanto que os que sabiam, eram chamados de ladino, pois já haviam sido “cristianizados”, isto é, passaram pelo processo

de imposição da língua/cultura. Tais situações eram mais evidentes no período do engenho (Severo, 2019).

Além disso, os estudos dos europeus em relação às línguas africanas eram menores quando comparados com as línguas indígenas. Esse fato se deu por alguns motivos, dentre eles a normatização da igreja católica quanto à escravidão, alegando que os africanos eram descendentes de Cam, que viu seu pai, Noé, sem vestes, tornando esse o castigo deles, serem escravos (Severo, 2019).

Sobre as línguas africanas, Petter destaca:

As línguas negro-africanas, transplantadas para o Brasil há quase quinhentos anos, permanecem hoje sob a forma de línguas especiais, ou seja, como modos de falar próprios de uma faixa etária ou de um grupo de pessoas dedicadas a atividades específicas (Petter, 2007, p. 63).

Assim, comprehende-se que as línguas africanas são tidas, ainda, como meio de comunicação para grupos e em ocasiões específicas, como em momentos espirituais ou expressões culturais, candomblé e capoeira, por exemplo, além de servir como código de uma determinada sociedade, como é o caso da língua calunga, semelhante ao cafundó, porém com aparências distintas e com possibilidades reais de ser uma fala crioula, pois os seus falantes destacados são descendentes de africanos (Petter, 2007). Entretanto, as línguas trazidas pelos imigrantes forçados não se resumem a esse uso exclusivo de grupos ou situações. Sua chegada impactou fortemente a língua portuguesa, bem como a já existência das línguas originárias em solo brasileiro, contribuindo para o grande acervo vocabular que se tem atualmente.

Quanto às línguas originárias, destacamos a fala de Lucchesi (2017), quando este diz que havia, aproximadamente, mais de mil línguas indígenas faladas em solo brasileiro, na época colonial. Sua diminuição se deu pelo massacre – tanto físico quanto linguístico – promovido pelos colonizadores, com a imposição da sua cultura, língua, religião e saberes, sobre os indígenas e, por conseguinte, os africanos. Toda essa realidade exposta no período anterior foi suficiente para que várias etnias indígenas, junto com sua diversidade linguística, fossem extirpadas do Brasil, conforme destacam Lima, Sousa e Melo:

[...] a história das línguas indígenas amazônicas é a história da assolação cultural causada pelos colonizadores, de um universo de 718 línguas que eram faladas antes da chegada dos ocidentais na Amazônia brasileira, e que resultou na extinção e morte da maioria dessas línguas (Santos, 2009, *apud* Lima, Sousa, Melo, 2022, p. 145).

Dessa forma, os indígenas e africanos, de igual maneira as suas respectivas línguas, foram as principais vítimas da colonização e imposição, mostrando, assim, a sua capacidade destrutiva – quando olhamos para a expressão “assolação cultural” – pois não se limitou apenas à ocupação territorial, mas linguística e cultural. Portanto, as línguas minoritárias, igualmente os falantes delas, urgem desde sempre por políticas linguísticas eficientes de defesa, revitalização e promoção delas.

### 2.3 LÍNGUAS MAJORITÁRIAS: O INGLÊS E SUA HEGEMONIA NUM CENÁRIO GLOBALIZADO E MULTICULTURAL

Em um cenário mundial cada vez mais interligado e conectado em divergentes áreas, é cabível reiterar que a linguagem se posiciona como principal ferramenta para construções de pontes fundamentais na mediação do intercâmbio, na transmissão de saberes e informação e para solidificação de vínculos internacionais. Sob esse viés, é indubitável afirmar que o inglês se consolida como o idioma dominante nas interações entre as nações. Por consequência, essa predominância o denominou como uma língua hegemônica, ou seja, uma língua que se destaca por influenciar consideravelmente as demais.

Contudo, o ponto em questão se dá quando essa supremacia linguística acontece em uma esfera multicultural, com diversas línguas diferentes que, por sua vez, representa múltiplas formações históricas, identidade e culturas, o que emerge a necessidade de refletirmos sobre os impactos que toda essa dominância pode causar à pluralidade linguística e cultural em escala mundial. De causas a efeitos, todo esse predomínio da língua inglesa resulta na ligação de elementos econômicos, históricos e culturais.

Historicamente relatado, essa hegemonia é fruto de uma narrativa moldada por impérios, batalhas e perspectivas de progresso. Lopes apresenta em seus estudos que:

A primeira é subscrita por aqueles que entendem ser esse um processo, iniciado com as conquistas coloniais de Portugal e Espanha no final do século XV e no século XVI. Esse é o caso do historiador Robbie Robertson (2003) e do crítico cultural Couze Venn (2000). Venn (2000) se refere a tal processo como o de construção do ocidentalismo ou o da construção da Europa como ocidente, resultado de um grande movimento de colonização e subjugação do chamado mundo novo, no qual esteve envolvida a maioria das nações europeias, tendo tido o Império Britânico papel especial como uma das maiores forças hegemônicas de colonização e imperialismo. Esse processo tem prosseguimento com a revolução industrial até a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo, durante a chamada Guerra Fria, passa a ser dividido em dois grandes blocos de interesse, União Soviética e Estados Unidos, com a vitória do segundo, como grande força imperial, a partir do

final do século XX. Assim, o inglês atravessou fronteiras desde a expansão do Império Britânico à liderança cultural e econômica dos Estados Unidos e impôs predominância no mundo globalizado (Lopes, 2008, p. 310).

Com o início das conquistas coloniais na América e na África, decorrentes da expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI, estabeleceu-se a estruturação de um sistema mundial organizado pelas potências europeias, sobretudo nos âmbitos cultural, econômico e linguístico. Nesse processo, a Europa passou a se configurar como o centro do mundo moderno – o chamado ocidente. A dominação colonial não se deu apenas por meio da força militar, mas também pela imposição simbólica e cultural, na qual o homem europeu, branco, cristão e racional passou a ser apresentado como paradigma civilizacional a ser seguido pelos povos colonizados. Nesse contexto, a Inglaterra se sobressaiu gradativamente. Já na ascensão do império britânico, com o declínio do feudalismo e o fortalecimento das monarquias nacionais, a Inglaterra expande-se economicamente de maneira significativa atrelado a criação da Companhia das Índias Orientais, em 1600, marcou o início do imperialismo britânico, estabelecendo avanço caracterizado pela extração comercial e domínio territorial.

Em subsequência, no auge da Revolução Industrial, o Império britânico continua sua ascensão, impulsionando o controle de amplos territórios. Desse modo, o processo colonial não apenas remapeou territórios, reorganizou culturas e economias, mas também impôs a língua inglesa como símbolo de poder, administração, e base de ensino em muitas colônias.

Ademais, dando continuidade a linearidade dos fatos, Casado relata que:

Além do período colonial, supõe-se que os Estados Unidos, a partir do avanço tecnológico e sua ascensão como potência global a partir do século XX, tenham tido um papel mais significativo e eficiente do que a Inglaterra em mudar o significado do inglês para a sociedade internacional. Por fim, no que tange os seus efeitos para o Sul global, os mais plausíveis são os linguísticos, políticos e socioeconômicos (Casado, 2024, p. 6).

Com o enfraquecimento do Império Britânico após as Guerras Mundiais e a ascensão dos Estados Unidos como liderança global no século XX, a língua inglesa reforçou ainda mais sua predominância, especialmente no contexto da Guerra Fria e da globalização. Assim, do período colonial ao domínio cultural e econômico contemporâneo, o inglês não apenas acompanhou o avanço do capitalismo, mas também atravessou fronteiras como voz dominante, consolidando-se como a língua majoritária e hegemônica no mundo moderno.

Contudo, como pontuado, todo resultado não é produto de um progresso natural, mas sim expressa uma supremacia simbólica que concede privilégios a alguns grupos e desfavorecem outros à margem.

Ainda em seu artigo, Casado ressalva que:

Os efeitos linguísticos são as consequências da imposição do inglês sobre outras línguas, que perderam seu espaço na sociedade em que estavam inseridas ou ainda estão sofrendo essa tendência de diminuição do número de falantes em detrimento de uma língua mais poderosa, nesse caso o inglês (Casado, 2024, p. 6).

O trecho denuncia com propriedade tais efeitos, mas ressalva que é preciso ir adiante, visto que não se trata apenas de questões linguísticas ou políticas, mas de uma denominação simbólica de superioridade. Assim, ocorre gradativamente o enfraquecimento de culturas inteiras, desvaloriza diversidade e exclui línguas que poderiam trazer mais riqueza ao debate global.

No âmbito político, por sua vez, Casado (2024, p. 6), reitera que “os efeitos políticos dizem respeito à perda de poder político dos indivíduos, da possibilidade de ocupar posições mais favorecidas na sociedade, em função de não falar a língua dominante”. Dessa forma, entende-se que a língua dominante não apenas traz facilidades à comunicação global, mas define aqueles que podem fazer parte do centro de decisão e quem continua na margem. Como resultado, isso acarreta toda uma desigualdade estrutural, visto que em países periféricos, frequentemente carentes de recursos para garantir um ensino de inglês adequado, seus representantes são, na maioria, marginalizados pela falta de fluência na língua dominante. Por outro lado, as elites multilíngues permanecem nos centros de decisão, convertendo o idioma de uma ferramenta de comunicação em um filtro que condiciona ideologias e determinações políticas.

Por conseguinte, segundo Casado (2024), os efeitos econômicos consistem em desvantagens encaradas por não fluentes do inglês, especificamente no mercado de trabalho e instituições de ensino, já que a língua inglesa também se tornou capital simbólica como exigência para ascensão social e profissional. Tal oportunidade estratégica exclui grande parte parcela da sociedade minoritária, visto que muitas vezes, o domínio da língua inglesa é mais valorizado que a própria capacitação profissional. Em suma, Casado conclui que:

A atual configuração linguística do mundo demonstra uma estrutura de poder, em que as línguas do Norte global são dominantes – principalmente o inglês,

mas também outras línguas europeias, como francês e espanhol – e as línguas do Sul global são subordinadas. Essa hierarquia é percebida no mercado de trabalho, nas organizações internacionais, no comércio internacional, entre outros âmbitos da vida humana e da sociedade. Embora a língua seja intrínseca a toda e qualquer interação internacional, e da interação entre línguas tenhamos muitos fenômenos importantes, existe pouca literatura nas Relações Internacionais que análise de forma crítica a sociedade internacional sob o olhar da língua, e quando acontece de ser abordada, a língua aparece com mais recorrência nos debates pós-coloniais (Casado, 2024, p. 7).

Portanto, é nítida a maneira contundente que a hegemonia do inglês representa uma estrutura global, marcada por raízes simbólicas. O inglês, embora funcional e útil, tornou-se, devido à sua hegemonia, uma ferramenta de padronização do pensamento e exclusão de outras línguas e, consequentemente, de seus respectivos povos. Com isso, é evidente a construção a passos largos de um mundo cada vez mais influenciado e moldado por uma fala dominante, que subtrai a diversidade à margem e afeta a diversidade cultural e linguística dos/nos países.

### **3. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa. Para tanto, optamos por organizá-lo em duas seções. Discorremos, inicialmente, sobre a caracterização da pesquisa e, em seguida, caracterizamos a pesquisa e os procedimentos de análise.

É imprescindível que nos familiarizemos acerca do conceito de pesquisa, conforme o que destaca Gil na sua obra *Como elaborar projetos de pesquisa* (2002):

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (Gil, 2002, p. 17).

À vista disso, entendemos que a pesquisa surge da necessidade de preencher lacunas de informação e conhecimento, com o intuito de trazer clareza e avanço na busca por compreensão e advém de um ou vários problemas. A pesquisa de caráter científico atua como um procedimento minucioso, envolvendo planejamentos e escolhas cuidadosas de métodos e natureza, tornando-se uma ferramenta essencial de análise crítica e de grande relevância prática para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Conduzida com base em fatos e evidências empíricas, a pesquisa deve ser livre de influências pessoais, assegurando imparcialidade e precisão na obtenção de respostas e resultados a partir de dados confiáveis. Escolhemos 5 artigos identificados e publicados em periódicos nacionais (CAPES) que trataram do tema em tela, ou seja, políticas linguísticas e línguas majoritárias e minoritárias. Dessa forma, vamos compreender neste capítulo como se deu este trabalho.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

A presente pesquisa se caracteriza por ser uma revisão sistemática da literatura, isto é, consultas em livros, artigos, publicações e todo material relevante que trata sobre a temática em questão:

É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reproduzibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados

bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo (Galvão, Ricarte, 2020, p. 58-59).

Dessa forma, segundo os autores, a revisão sistemática possui transparência e rigorosidade para que se possa compreender a pesquisa em questão, além de ser possível a sua reprodução por outros autores.

Não apenas isso, destacam-se, além desse, outros dois tipos de revisão da literatura: integrativa e narrativa. A primeira envolve a combinação de diversas metodologias, como delineamentos experimentais e não experimentais. Já a segunda admite certo nível de subjetividade por parte do autor tanto na interpretação quanto na seleção das informações, além de não ser exaustiva e nem sofisticada.

A justifica-se deste trabalho se dá por trazer à baila as relações de poder que perpassam essa taxonomia de línguas minoritárias x majoritárias, isto é, a desigualdade linguística, e a importância científica deste estudo torna-se inegável como forma de reparação pelo processo de escravização, marginalização, exclusão e apagamento de povos africanizados e indígenas desde o século XVII (Petter, 2007). Nesse sentido, para equilibrar essa disparidade, foram criadas pesquisas no âmbito dos estudos da ideia linguística, Geossociolinguística com o intuito de dar visibilidade e ascensão às línguas minoritárias, inserindo-as em contextos globais, seja no aspecto econômico, político ou cultural.

Quanto ao *corpus* da pesquisa utilizada, escolhemos 5 artigos científicos que tratassem de política linguística e línguas majoritárias e minoritárias. Para tanto, fizemos uma busca no site da CAPES e de IES para filtrarmos aqueles cujo teor estivessem afinados com nossa proposta.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O estudo dos dados realiza-se por meio de análise documental, bem como análise de conteúdo, considerando o aspecto qualitativo da pesquisa. Inicialmente, lemos as obras selecionadas e, em seguida, fichamos e destacamos a temática central que aborda essa relação taxonômica entre as línguas majoritárias x línguas minoritárias. A análise do conteúdo foi conduzida sob o viés das políticas linguísticas retratadas por Calvet (2007). O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica sistemática da literatura, com o objetivo de mapear a produção acadêmica científica contemporânea, notadamente entre os anos de 2007 a

2022, que mobilizasse os temas em torno de políticas linguísticas e línguas majoritárias e minoritárias. O levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa a partir do levantamento de artigos disponíveis nas revistas do Portal de Periódicos da CAPES.

Após as leituras, foram identificados os temas/ideias relacionados à proposta central da pesquisa. Consecutivamente, comparamos e utilizamos as obras escolhidas, aumentando o acervo literário. Depois foi feita a análise crítica do material lido, de igual modo a consistência argumentativa dos autores renomados e do conteúdo em questão, visando à viabilidade e confiabilidade das fontes no contexto de políticas linguísticas e línguas minoritárias, visto que estas são centro deste trabalho.

Desenvolvemos esta pesquisa da seguinte maneira: (a) levantamento de 05 Artigos Científicos sobre línguas minoritárias e majoritárias no Brasil; (b) foi feito um levantamento de documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores, da Educação e de ações das IES por meio de projetos de pesquisa e extensão por meio do *site* do governo federal para sabermos quando e quais ações sobre políticas e planejamento linguísticos têm sido implementados; (c) quais dissertações e teses defendidas entre 2007 a 2022 focalizam a discussão em torno de línguas majoritárias x minoritárias no Brasil; (d) estabelecimento de parâmetros de valoração entre essa taxonomia (majoritária e minoritária) e, por fim, (e) analisamos a historicidade das línguas minoritárias com vista a trazer algumas proposições que sejam viáveis a serem trabalhadas nas escolas sobre o respeito e a diversidade do PB pela sua formação pelo contato linguístico das línguas indígenas e africanas.

**Tabela 3** – Artigos sobre Políticas Linguísticas e Línguas Majoritárias x Minoritárias

Título	Autor	Ano	Revista	Qualis
O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português	Aderlande Pereira Ferraz	2007	Filologia e Linguística Portuguesa	A3
Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa	Gonçalo Fernandes	2015	Confluência	A3
Línguas, livros e leis: o apagamento da cultura indígena e resistência	Andrea Cristiane Kahmann, Marcia	2020	Veredas do Direito: Direito Ambiental e	A1

	Rodrigues Bertoldi, Isabela Figueroa e Ana Carla Oliveira Bringue nte		Desenvolvimento Sustentável	
Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes	Ademar dos Santos Lima, Rosineide Magalhães de Sousa e Antônio Augusto Souza Mello	2022	Tellus	A3
Línguas africanas no Brasil	Margarida Maria Taddoni Petter	2007	África: Revista do Centro de Estudos Africanos	C

Fonte: CAPES.

Todos os artigos científicos expostos anteriormente tratam tanto a respeito da coexistência entre o português e as línguas minoritárias, quanto acerca de políticas linguísticas. Os textos oferecem um panorama geral da diversidade linguística, apresentam como as línguas minoritárias foram documentadas diante dos primeiros contatos com o português, bem como uma abordagem a respeito de como a legislação e educação foram utilizadas para apagamento de culturas e línguas indígenas. Além disso, os artigos tratam da necessidade urgente da preservação linguística, juntamente com reflexões sobre as línguas africanas no Brasil atual.

Procuramos analisar como a língua é concebida e conceituada nos materiais analisados – como prática social, identitária, mercadológica – sobretudo historicamente, visto que essa é uma das fontes explicativas quanto à designação das línguas indígenas e africanas como minoritárias. Temos em vista que a língua é um marcador identitário. Nesse sentido, a marginalização das línguas minoritárias leva, de forma gradual, à supressão identitária dos grupos que sofrem. Dessa forma, torna-se essencial tratar sobre essa questão e entendê-la.

Além disso, busca-se analisar a relação entre língua e cultura, especialmente no que tange ao contexto da colonização, imposição cultural dos portugueses sobre os nativos e,

posteriormente, africanos, houve uma redefinição das culturas, enfraquecendo a diversidade linguística dos povos minoritários. Compreende-se, dessa forma, que cultura e língua estão intrinsecamente ligadas, uma vez que a língua manifesta a cultura dos povos minoritários, além de servir como uma espécie de preservação, manutenção e revitalização. As línguas não ascendem espontaneamente, ou seja, dependem de diretrizes e ações planejadas. Dessa forma, a política e o planejamento linguístico são ferramentas fundamentais no rumo da promoção dessas línguas.

#### **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS: UMA COMPREENSÃO RESPONSIVA**

Com base nas pesquisas realizadas para que este trabalho existisse, destacamos que se trata de um estudo totalmente bibliográfico, visto que analisamos apenas artigos como *corpus*. Nesse sentido, percebemos que o campo das políticas linguísticas dispõe de ferramentas fundamentais para a ascensão linguística de povos minoritários. Quando são aplicadas de forma devida, seguindo todos os passos que contém no planejamento linguístico, mais especificamente chamados de instrumentos linguísticos, por Calvet (2007) – que são o equipamento das línguas, o ambiente linguístico e as leis linguísticas, conforme destacados no capítulo 1, seção 1.2 – ocorre a elevação linguística de um grupo. Desse modo, o leque de aparelhos é enorme e todos os passos para promoção de uma língua já existem, entretanto precisam ser viabilizados/efetivados pelos que compõem o *in vitro*, linguistas e Estado.

Outro ponto que merece destaque, juntando à ideia de política linguística como fator ascendente de línguas, são os conceitos de monolingüismo, bilingüismo, multilingüismo, plurilingüismo e contato linguístico. Entendemos que, com base em diversas pesquisas já mencionadas ao longo deste trabalho, o monolingüismo configura-se como um mito (Abreu, 2016), sustentado para saciar o desejo daqueles que almejam por um país homogêneo linguisticamente. Todavia, a diversidade linguística no Brasil só corrobora para confirmar que o país é tanto bilíngue quanto multilíngue e plurilíngue, bem como o contato linguístico, que foi e continua sendo fundamental para a língua portuguesa, constituindo e modificando-a, como foi o caso da cultura platina (Tatsch, 2011), de igual modo outras línguas.

Por línguas minoritárias x majoritárias e seus impactos, entendemos da seguinte maneira que foram desveladas nos Artigos pesquisados: o primeiro artigo, publicado em 2007 por Ferraz, por título “O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português”, com Qualis A3, traz uma discussão existente da nossa realidade, sobre a grande necessidade de levantar discussões mais acentuadas a respeito de línguas que foram apagadas ao longo da história da nossa civilização. Em particular, ela fala de línguas indígenas e de imigrantes. Neste trabalho, focalizamos no que concerne às línguas indígenas e africanas, já que não tratamos de outras línguas minoritárias.

A autora começa a fazer uma incursão asseverando que o Brasil é um país multilíngue, ao mostrar que no processo colonizatório o país já era considerado multilíngue, não só por conta do português europeu, como também das línguas nativas e africanas (Lucchesi, 2017).

Além disso, ela começa a fazer um levantamento para que seja compreensível a ideia de língua minoritária, expondo a realidade de outros países, como a Indonésia e a União Europeia. A autora nos leva a pensar sobre a questão de uma língua ser superior a outra, mesmo sendo utilizada por seus respectivos falantes. Nesse sentido, a implementação da Língua Portuguesa como idioma oficial do país, como consta na Constituição, leva ao apagamento das outras línguas, evidenciado mais ainda o seu título de minoritárias. Não só esse, como o próprio extermínio dos indígenas, no período colonial, sobretudo da costa brasileira, levou à diminuição e ao silenciamento das línguas nativas.

Quanto ao segundo artigo, intitulado “Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa” de Gonçalo Fernandes, publicado em 2015 e com Qualis A3, trata sobre a quantidade de negros levados para o Brasil, mais de 4 milhões, levando consigo mais de 200 línguas (Lucchesi, 2009). É válido enfatizar que o autor discorre sobre as primeiras inscrições de línguas africanas pelos portugueses, com o principal objetivo de comunicação entre ambos e com o intuito de convertê-lo à fé católica. Tais ações só deixaram mais óbvio a realidade brusca imposta pelos portugueses, invalidando até mesmo a religião por intermédio linguístico.

O terceiro artigo, "Línguas, livros e leis: o apagamento da cultura indígena e resistência", analisa criticamente a formação do Estado brasileiro sob a ótica da decolonialidade, destacando como a colonização ainda influencia as estruturas políticas, sociais e culturais. A obra mostra que, desde a chegada dos europeus, houve uma exclusão sistemática das línguas e saberes indígenas, refletindo uma lógica de dominação que persiste até hoje. A independência é tratada como um processo inacabado, marcado por opressões contínuas e desigualdades reproduzidas até mesmo entre grupos marginalizados. O estudo evidencia que a modernidade no Brasil ignorou os ideais iluministas, reforçando a exclusão. Com uma abordagem qualitativa e método dedutivo, defende que o reconhecimento da diversidade linguística e a inclusão dos povos indígenas nos processos decisórios são essenciais para garantir seus direitos.

Sobre o quarto artigo, “Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes”, o autor destaca a realidade sobre a língua na Amazônia, o epicentro do contato linguístico, aconteceu através de escritas dos navegadores ocidentais, por volta do século 16, 17 e 18 no período colonial, descrevendo aspectos geográficos, ambientais e linguísticos - esse último é entendido com o predomínio de três grandes famílias linguísticas espalhadas pelo bioma amazônico, que são Aruák, Karib e Tupi-Guarani. Esses registros sobre a realidade amazônica do período colonial serviram como ponto de partida do autor para entender a realidade atual das línguas indígenas no Brasil. Dessa forma, entende-se que as línguas originárias foram, de forma

gradativa, apagadas ao longo da história do nosso país, quando comparadas com as línguas existentes nos séculos passados.

Quanto ao último artigo, por título “Línguas africanas no Brasil”, a autora assevera que as línguas africanas ficaram reduzidas a cultos e momentos secretos dos africanos. Ou seja, as línguas africanas ainda são usadas como meios de comunicação por certos grupos, especialmente em contextos espirituais e culturais, como o candomblé e a capoeira. Também funcionam como códigos sociais, como a língua calunga, parecida com o cafundó, mas com traços próprios e potencial para ser considerada uma fala crioula, já que é usada por descendentes de africanos. Isso existe até os dias atuais.

Quanto às línguas minoritárias, em suma, elas não possuem esse título apenas por serem faladas por um grupo pequeno de pessoas, mas sim pelo prestígio que têm em relação à outras línguas tidas como majoritárias. Também, o futuro das línguas minoritárias é incerto, tendo em vista a predominância das línguas majoritárias e a globalização. Ainda assim, a preservação dessas línguas é necessária, pois preserva, também, a identidade de um povo. Nesse sentido, destacamos vários esforços, tanto nacionais quanto internacionais, como a Lei nº 10.639 e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que buscam preservar esses povos. Esforços como esse só viabilizam a promoção dessas línguas, o que desencadeia a inclusão social e o respeito à diversidade cultural do país. Dessa forma, torna-se fundamental que a sociedade seja conscientizada quanto às diversas culturas presentes no Brasil, para que o preconceito em relação a outras culturas e línguas seja erradicado.

Quanto à valorização a heterogeneidade linguística, mais especificamente a respeito de povos minoritários, citamos a pouca repercussão de um evento realizado em Salvador, Bahia, no ano de 2024: a Conferência Diáspora Africana nas Américas. De acordo com a matéria do jornalista Maurício Pestana, na CNN Brasil, o evento reuniu ministros do governo Lula, bem como representantes de outros países. Ainda conforme a matéria, na ocasião, os debates tratavam de temáticas como memória, pan-africanismo, restituição, reparação e reconstrução. Diante disso, fica evidente a preocupação por parte do governo atual em preservar a cultura africana em nosso país, assim como promover reparações, fazendo jus ao *in vitro*.

Desde os primeiros passos da colonização, já era possível vislumbrar indícios de que a língua não seria utilizada apenas como meio de comunicação, mas também como um instrumento para dominação, silenciamento e exclusão de minorias. A marginalização das línguas indígenas e africanas, por exemplo, não pode ser vista como um mero evento adverso histórico, mas sim de um projeto sistemático e silencioso que ainda hoje determina quem tem voz e quem permanece na posição de minoria. Essa polarização linguística não se limita apenas

à comunicação, ela também define toda uma estrutura que sustenta as desigualdades no âmbito social, racial e cultural, traçando o próprio tecido social brasileiro.

A partir dos estudos históricos até aqui analisados e apresentados, é cabível afirmar que a colonização não se trata apenas de um extermínio físico de populações inteiras de indígenas e africanos, mas também se trata de um ataque que afetou diretamente seus modos de ser e estar no mundo, sendo a língua uma das principais representações de existência. Contudo, embora a lógica colonial responsável por hierarquizar línguas seja um fato histórico com início há centenas de anos, ela permanece ativa até os dias atuais, sem interferências eficazes que ao menos amenizem os impactos desse impasse. Como consequência, apesar de esforços em função dessa aparição das línguas minoritárias, é nítido que ainda fazemos parte de uma sociedade brasileira operante sob uma estrutura visionária e excludente, que impõe o português padrão europeu como língua oficial, enquanto as demais formas de fala seguem sendo classificadas com erradas, arcaicas e até mesmo inferiores.

Adiante, é justamente nessa pauta que o ponto da discussão ultrapassa os âmbitos da comunicação e linguagem, adentrando as esferas racial e social, visto que, como marcador de identidade, a língua continua sendo usada como critério de exclusão e opressão. Essa concepção é frequentemente analisada por estudiosos da sociolinguística crítica no Brasil. O próprio linguista Marcos Bagno, em uma síntese de ideias da obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (1999), apresenta ao leitor a visão de um Brasil em que a valorização da norma-padrão do português – historicamente associada às camadas brancas e letradas da sociedade – passou a funcionar como uma ferramenta de exclusão dos falantes de línguas populares, indígenas e afro-brasileiras. A língua, assim, transcende sua função comunicativa para tornar-se símbolo de classificação social, étnico e político, perpetuando a manutenção das desigualdades e a marginalização de identidades linguísticas não hegemônicas (Bagno, 1999).

Além dessa lógica, a escola brasileira também atua operante nessa questão, ao continuar ensinando a história do país tendo a chegada dos portugueses como ponto de partida. Os próprios livros didáticos ignoram, corriqueiramente, as múltiplas formas de linguagem e cultura que existiam da colonização. Enquanto isso, as línguas originárias e africanas seguem confinadas a segmentos estigmatizados, sendo lembradas apenas em datas como Dia do Indígena, Dia da Consciência Negra e a figuras meramente folclóricas.

Por conseguinte, nesse mesmo cenário, o inglês reacende com uma nova face travestido de progresso e modernidade – eis, então, uma nova era global. Com todo esse domínio, o inglês, mais uma vez, transfigura-se em chave de acesso, sucesso e pertencimento ao poder, o que impacta negativamente uma grande parcela da população que não tem acesso

ao inglês e ao estudo da língua dominante, aumentando a pressão sobre essas línguas já ameaçadas. O impasse, portanto, não é apenas linguístico, uma vez que nossa sociedade caminha a passos largos rumo a uma lógica de mundo que beneficia mais ainda a elite e silencia a muitos. Diariamente vemos o idioma se reduzir e se converter em um capital simbólico.

Portanto, com base nesse quadro de análises e denúncias, é que a linguagem se revela como território de luta e pertencimento – e é por isso que deve ser politizada. A polarização linguística é uma ferida aberta desde a formação do Brasil que merece ser enfrentada para ser tratada. Resgatar a valorização e reconhecimento dessas línguas não é apenas um toque de caridade cultural, mas um ato de justiça e reparação histórica. É reconhecer que, sem elas, o tecido da sociedade brasileira estaria fragmentado. É validar que uma verdadeira democracia se constrói em um espaço onde todas as vozes sejam consideradas, compreendidas e honradas – em suas diferentes formas de expressão, sons e cadências.

Assim, torna-se evidente que desenvolver políticas linguísticas, promover medidas de reparação simbólica e assegurar que nenhuma língua volte a ser silenciada, contribui significativamente para um Brasil mais justo e igualitário. Pois, onde prevalece o silêncio, prevalece a opressão e negação de direitos; mas onde há uma língua em uso, há resistência, preservação histórica e esperança de futuros plurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que as línguas minoritárias são uma realidade no Brasil, tanto na antiguidade quanto na contemporaneidade. Além disso, compreendemos que diversas questões levaram essas línguas ao posto de minoritárias, sobretudo a imposição cultural sofrida pelos povos indígenas e africanos em 1500. É imprescindível que tratemos de temáticas que abordem essas línguas de maneira sensível, ou seja, com o intuito reparatório. Dessa forma, este trabalho, que consiste em “Por uma política linguística no brasil em defesa do fortalecimento e promoção das línguas minoritárias”, surgiu com o objetivo de analisar o processo de valorização das línguas minoritárias (indígena e africana) no Brasil por meio de políticas linguísticas e as novas relações de (contra)poder como instrumento de afirmação político-ideológica num cenário globalizado, cujo valor econômico das línguas é medido sócio-historicamente.

Os objetivos específicos deste trabalho consistiam em quatro: (1) mapear as pesquisas realizadas cujo foco sejam as políticas e o planejamento linguístico; (2) identificar quais ações vêm sendo realizadas por órgãos da esfera federal (Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e das IES) para promoção das línguas minoritárias no mundo globalizado; (3) identificar de que modo as línguas minoritárias assumem ou não uma característica de *commodity* linguística, pronta para ser oferecida em ofensivas de *marketing* político e diplomático no cenário mundial e (4) comparar quais fatores determinam a valorização e internacionalização de uma língua no atual cenário globalizado e neoliberal. Tomando-os como horizonte, vimos que foram atingidos por meio dos esforços colaborativos e integrados.

O primeiro objetivo foi alcançado, visto que todo o trabalho gira em torno de materiais que abordam políticas linguística e planejamento linguístico e, juntamente, línguas minoritárias. Os órgãos da esfera Federal vêm contribuindo demasiadamente para a valorização dessas línguas, como é o caso da Lei 10.639/03, que institui como ensino obrigatório a história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, público e privado. Além disso, percebe-se o implemento do ensino da língua Xavante, pelo Estado do Mato Grosso, em seu currículo.

As línguas são medidas através do seu valor no que concerne ao prestígio social, desigualdade no ramo econômico e o valor mercadológico. Não é comum o uso de línguas minoritárias no dia a dia, muito menos uma empresa que dá preferência à contratação para o seu quadro de funcionários aqueles que falam língua indígena ou língua africana, tampouco se vê filmes sendo traduzidos para as línguas já citadas. Dessa forma, essas esferas medem o valor

das línguas supracitadas, tornando-as minoritárias.

Quanto à questão norteadora desta pesquisa, constatamos que, em partes, o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação e IES, têm se empenhado nessa busca por uma maior valorização. No entanto, apesar de o reconhecimento dessas línguas minoritárias como fundamentais para o Brasil, ainda está no início da luta por uma reparação adequada, ou quase que impagável, mediante todo o mal sofrido pelos povos minoritários.

Esperamos, assim, com este trabalho contribuir para que novos estudos de revitalização, respeito entre línguas, povos e culturas possam fazer parte dos estudos nas escolas e nas universidades e que, doravante, seja um incentivo para que mais pesquisadores possam desenvolver políticas linguísticas a planejamento na efetivação de cultura e língua africana e indígena como parte do patrimônio imaterial de um povo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (orgs.). *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 163-188.

Africa View Facts. *Diversidade linguística no continente africano* [imagem]. Disponível em: <https://africaviewfacts.com/media/upload/2024/03/27/alanguages.jpeg>. Acesso em: 10 maio 2025.

BBC News Brasil. *Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça?*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>. Acesso em: 30 maio 2025.

BASSANI, Indaiá de Santana. *Fundamentos linguísticos: bilinguismo e multilinguismo*. São Paulo: UNIFESP, 2015.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 121–147, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/ZcQRY3mSSDKPy4ZmMzhZFyF/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Inclui o art. 26-A, inserido pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*. Brasília, 19 maio 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-do-ii-dialogo-brasil-africa-sobre-seguranca-alimentar-combate-a-fome-e-desenvolvimento-rural](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-do-ii-dialogo-brasil-africa-sobre-seguranca-alimentar-combate-a-fome-e-desenvolvimento-rural). Acesso em: 21 maio 2025.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Prefácio de Gilvan Muller de Oliveira. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CARBONI, Florence; PORTO, Débora Luciene; BARILI, Camila; MELEU, Suélen Martins. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. *Organon*, Porto Alegre, v. 32, n. 62, p. 129–151, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/72315>. Acesso em: 5 abr. 2025

CASADO, Sarah Faustino. *A hegemonia da língua inglesa e suas implicações para o sul global: uma análise da Serra Leoa*. 2024. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/44025>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

**CONSELHO DA EUROPA.** *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas:* aprendizagem, ensino, avaliação. Tradução de Maria Joana Pimentel do Rosário e Nuno Verdial Soares; revisão técnica de Margarita Correia. Coordenação de edição: Ministério da Educação/GAERI; direção de José Matias Alves. Porto: Edições ASA, 2001. Disponível em: <https://rm.coe.int/common-european-framework-of-reference-for-languages-learning-teaching/16809ea0d4>. Acesso em: 6 abr. 2025

FALCÃO, Ana Regina Graner. SOUZA, Luiz Augusto de Paula. COSTA, Rogério da. Discriminação e preconceito linguístico: questões para promoção da saúde? *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 03, Vol. 02, pp. 17-31. Fevereiro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/discriminacao-e-preconceito>. Acesso em: 26 de março de 2025.

FERNANDES, Gonçalo. Primeiras descrições das línguas africanas em língua portuguesa. *Confluência*, p. 43-67, 2015.

FERRAZ, Aderlande Pereira. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 8, p. 43-73, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59772/62881>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 57-73, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 25 maio 2025.

GRIEP, Gabriela Wally. *O que são línguas minoritárias?* Tesouro Linguístico, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2021/02/17/o-que-sao-linguas-minoritarias/>. Acesso em: 26 de março de 2025.

KAHMANN, Andrea Cristiane; BERTOLDI, Márcia Rodrigues; FIGUEROA, Isabela; BRINGUENTE, Ana Carla Oliveira. *Línguas, livros e leis:* o apagamento da cultura indígena e resistência. Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, v. 17, n. 37, maio 2020. DOI: 10.18623/rvd.v17i37.1703. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341360045\\_Linguas\\_livros\\_e\\_leis\\_o\\_apagamento\\_da\\_cultura\\_indigena\\_e\\_resistencia](https://www.researchgate.net/publication/341360045_Linguas_livros_e_leis_o_apagamento_da_cultura_indigena_e_resistencia). Acesso em: 7 maio 2025.

LIMA, Ademar dos Santos; SOUSA, Rosineide Magalhães de; MELLO, Antonio Augusto Souza. Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes. *Tellus*, Campo Grande, v. 22, n. 49, p. 133-171, 2022. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/829>. Acesso em: 01 maio 2025.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 309-340, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/ghf3PYNYBkxXHskTwZ9QyBy/>. Acesso em: 13 maio 2025.

LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. (Língua[gem], v. 55). ISBN 978-85-7934-074-1.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 5 fev. 2025.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 22, n. especial, p. 11-40, 2006.

MARTINS, Nélia de Almeida. *As línguas espanholas*. Belém: Universidade Federal do Pará, [s.d.].

MAYWORM, Maria Clara Castellain. Direitos linguísticos e a promoção da diversidade linguística no Brasil. *Cadernos de Letras*, Niterói, v. 32, n. 62, p. 80–100, jul. 2021. Dossiê: Multilinguismo, discurso e direitos linguísticos. Telma Pereira; Mônica Savedra (orgs.). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.v32i62.47291>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, p.43-54, 1. sem. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33031>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MOZZILLO, Isabella; SPINASSÉ, Karen Pupp. Políticas linguísticas familiares em contexto de línguas minoritárias. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1297–1316, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/18521>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 6 abr. 2025.

PESTANA, Maurício. *Ministros negros do governo Lula se reúnem em Salvador em conferência*. CNN Brasil, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/columnas/mauricio-pestana/politica/ministros-negros-do-governo-lula-se-reunem-em-salvador-em-conferencia/>. Acesso em: 23 maio 2025.

PETTER, Margarida Maria T. Línguas africanas no Brasil. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 27-28: 63-89, 2006/2007.

*Ler, Dormir, Comer. PRESERVANDO a diversidade linguística: o futuro das línguas minoritárias*. 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.lerdormircomer.com.br/preservando-a-diversidade-linguistica-o-futuro-das-linguas-minoritarias/>. Acesso em: 30 maio 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANCHES, Romário Duarte; RAZKY, Abdelhak. Análise geossociolinguística das

designações para *fanhoso* nas capitais brasileiras. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/4NH4NzT46FHNHLXXh8c68Kt/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SANTOS, Luana Luiza; ARAGON, Carolina Coelho; GERARDI, Fabrício Ferraz. Línguas minoritárias e anotações sintáticas de corpora: experiências de pesquisa na iniciação científica. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 59, n. 1, p. 1–9, jan.-dez. 2024. DOI: 10.15448/1984-7726.2023.1.44734. Acesso em: 1 jun. 2025.

SEVERO, C. G. Línguas e heranças africanas no Brasil: articulando política linguística e sócio-história. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. DOI: 10.25189/rabralin.v17i2.483. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/483>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, Diego Barbosa da. Os imigrantes e o multilinguismo na União Europeia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855456\\_d4ef95c5c93df1edc3d397c0efb5fd77.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855456_d4ef95c5c93df1edc3d397c0efb5fd77.pdf). Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVA, João Paulo. *Quantas línguas indígenas existem no Brasil? Conheça os dados atualizados do Censo 2022*. Mais Minas, 19 abr. 2025. Disponível em: <https://maisminas.org/linguas-indigenas-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, Maurício. *Uma língua entre as muitas*. São Paulo: Contexto, 2010.

TATSCH, Juliane. O contato de línguas na tríplice fronteira do Rio Grande do Sul: o caso do linguajar gaúcho. *Ideação*, Cascavel, v. 13, n. 1, p. 109–121, set. 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5247>. Acesso em: 4 abr. 2025.